REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

MARÇO 1962
VOL. II ★ NÚM. 1

★

SUMÁRIO

DA FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DA UNIVERSIDADE DE MINAS GERAIS

BELO HORIZONTE, BRASIL

REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

Da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade de Minas Gerais

Publicação quadrimestral editada em março, julho e novembro

❁

Os artigos assinados são de exclusiva responsabilidade dos seus autores.

Tôda correspondência deverá ser endereçada ao Secretário da REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS, à rua Curitiba, 832, Belo Horizonte, Brasil.

PREÇOS E ASSINATURAS:

Preço do número .. Cr$ 300,00 / US$ 1,00

Assinatura anual .. Cr$ 800,00 / US$ 3,00

Os pedidos deverão ser endereçados ao professor Afrânio Veiga, tesoureiro da RBCS, à rua Curitiba, 832, Belo Horizonte, Brasil.

REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

PUBLICAÇÃO QUADRIMESTRAL

VOL. II — MARÇO DE 1962 — Nº 1

ÍNDICE

Colaboram neste número:

FLORESTAN FERNANDES, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo

CELSO FURTADO, Superintendente da SUDENE

EZIO TÁVORA DOS SANTOS, do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo

HÉLIO SCHLITTLER SILVA, da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Brasil e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico

ANÍBAL PINTO, Diretor do Centro de Desenvolvimento CEPAL/BNDE

ADMARDO TERRA CALDEIRA, da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade de Minas Gerais

Comércio exterior e desenvolvimento econômico do Brasil [1]

Hélio Schlittler Silva

I — Introdução

1. O comércio exterior desempenha papel de fundamental importância no desenvolvimento econômico dos países chamados subdesenvolvidos, sejam países essencialmente agrícolas ou em processo de industrialização, pois, em um ou outro caso, a economia depende intensamente da exportação, da importação e do ingresso líquido de capitais do exterior, para seu funcionamento e desenvolvimento.

Em um país subdesenvolvido de estrutura essencialmente agrícola, a atividade econômica encontra-se, via de regra, altamente orientada para a produção e exportação de gêneros alimentícios e matérias primas, sujeitos a nenhuma ou pequena transformação, e a atividades complementares.

Em uma economia dêsse tipo — que chamaríamos de *economia de exportação* — o comércio exterior assume o papel que, em uma *economia de investimento* — como a dos Estados Unidos, por exemplo, é desempenhado pelo investi-

---

(I) Êste trabalho foi encomendado pelo Centro de Desenvolvimento Econômico CEPAL/BNDE, especialmente para servir como base de discussão no Programa de Seminários do VI° Curso Intensivo de Treinamento em Problemas do Desenvolvimento Econômico CEPAL/DOAT, realizado em 1961 no Rio de Janeiro.

As opiniões nêle expressas são da exclusiva responsabilidade do Autor e não representam, necessàriamente, os pontos de vista do Centro.

mento interno e a poupança: a exportação, ao invés do investimento, constitui o principal determinante do nível e das variações na renda — pois ela representa uma parcela elevada desta — enquanto a importação e não a poupança, constitui o mais importante vazamento do fluxo da renda. Acresce que, para a realização dos próprios investimentos internos (induzidos, em grande parte, pelas variações na exportação), a economia depende, em grau maior ou menor, do ingresso de recursos do exterior: por um lado, porque, dado o baixo nível da renda nacional, são insuficientes as poupanças disponíveis internamente e estas tendem a ser completadas pelo capital estrangeiro; por outro lado, porque grande parte do investimento interno repousa na importação de bens de capital que, por sua vez, depende da capacidade de importar, cujos componentes são a receita da exportação e o ingresso líquido de capitais do exterior.

Há a acrescentar que a exportação baseada essencialmente em artigos primários, sobretudo os de origem agrícola, está sujeita a amplas flutuações, em decorrência de variações violentas nos preços, que resultam das características próprias do mercado dêsses produtos. Tanto a procura como a oferta de gêneros alimentícios e matérias primas apresentam uma baixa elasticidade-preço, principalmente em curtos períodos, de sorte que variações acentuadas em uma ou outra poderão determinar desequilíbrios violentos no mercado. As flutuações da exportação apresentam-se ainda mais amplas, quando a composição da exportação se encontra fortemente concentrada em número reduzido de artigos e sua distribuição geográfica está centralizada em número também pequeno de países, como geralmente se observa nas exportações do Brasil e da América Latina em geral.

Em resultado, uma economia do tipo mencionado se apresenta altamente sensível e vulnerável aos impulsos provenientes do exterior, variáveis conforme as flutuações da atividade econômica dos grandes países importadores de produtos primários e exportadores de capital. Qualquer variação na exportação, decorrente de flutuações na procura internacional e, em muitos casos, também na oferta de artigos exportáveis, afeta

profundamente a renda nacional, impondo-lhe variações, ascendentes ou descendentes, geralmente difíceis de controlar por medidas internas. As variações no ingresso líquido de capitais do exterior, que geralmente seguem a mesma direção das flutuações no valor da exportação, tendem a agravar a situação.

Uma expansão das exportações, por exemplo, ao aumentar os lucros nas atividades exportadoras, cria incentivos para novos investimentos, com vistas à ampliação da capacidade produtiva nessas atividades, e o conseqüente aumento da renda no setor exportador. Êsse aumento da renda determina, em seguida, uma maior procura de mercadorias e serviços em geral, acrescendo assim os lucros e incentivos para maiores investimentos nas atividades que produzem para o mercado interno. E, dêsse modo, o aumento inicial da renda no setor exportador tende a propagar-se ràpidamente para os demais setores da economia. Por outro lado, as importações tendem a aumentar, à medida que cresçam os investimentos e o consumo interno; e tendo aumentado as exportações e o ingresso líquido de capitais, vale dizer a capacidade de importar, as importações adicionais poderão ser feitas sem criar dificuldades para o balanço de pagamentos.

Uma queda na exportação tem efeitos contrários, principalmente se acompanhada por redução no ingresso líquido de capitais do exterior; determina uma contração da renda no setor exportador e, em seguida, em tôda a atividade econômica interna. E se o Govêrno, a fim de compensar os efeitos depressivos da queda da exportação sôbre o nível da renda, recorrer a uma política de gastos domésticos compensatórios, sua atuação, em caso de êxito, determinará o aumento das importações e o *deficit* no balanço de pagamentos, com o conseqüente esgotamento das reservas de divisas estrangeiras e a depreciação cambial, resultando desta a elevação dos preços das importações e das exportações, em moeda nacional, e, possìvelmente, a inflação monetária.

Dêsse modo, uma economia típica de exportação apresenta-se altamente vulnerável às flutuações na procura mundial de seus produtos, do que lhe advêm freqüentemente condições

de grande instabilidade, dificilmente contornáveis através de medidas internas de política econômica.

Cabe considerar, ainda, que a grande concentração das atividades produtivas de um país na exportação de artigos primários e atividades complementares, sòmente poderia assegurar a continuidade, a longo prazo, de um ritmo de desenvolvimento econômico razoável, na medida em que a procura externa permitisse utilizar todo o incremento da população ativa e demais fatôres produtivos nas exportações habituais, sem deterioração dos preços destas. Entretanto, dada a baixa elasticidade-renda da procura de produtos primários, o lento ritmo de crescimento das exportações dos países subdesenvolvidos não lhes tem propiciado perspectivas de desenvolvimento espontâneo, sem modificação da estrutura econômica vigente.

Com relação à América Latina, por exemplo, a exportação *per capita*, em dólares de poder aquisitivo constante (dólar de 1948), manteve-se relativamente estável, descontadas as flutuações a curto prazo, nos últimos 60 anos: 45 dólares, em média, no período de 1901/15, e 56 dólares, no de 1916/30; e, após baixar para 33 dólares, no período de 1931/45, voltou para o nível de 46 dólares nos anos de 1947/54. (1) Já com relação ao Brasil, a exportação *per capita*, após atingir a média de 36 dólares, no qüinqüênio de 1891/95, apresentou, desde então, tendência nìtidamente descendente: baixou para 19 e 16 dólares, respectivamente, nos períodos de 1916/30 e 1931/45; e, embora se tenha recuperado no após-guerra, ainda não ultrapassou a média de 26 dólares. (2)

As tentativas para manter um volume de exportações superior ao que o mercado mundial estaria em condições de absorver, com estabilidade de preços, têm redundado freqüentemente em deterioração da relação de intercâmbio internacional, ou seja em queda dos preços da exportação relativamente aos da importação dos países subdesenvolvidos.

1. Organização dos Estados Americanos, *International Trade, Industrialization and Economic Growth* (Washington, 1956), pág. 24.
2. *Op. cit.*, pág. 25.

As circunstâncias apontadas — a elevada vulnerabilidade econômica aos fatôres externos e as limitações que o lento ritmo de crescimento das exportações tem impôsto ao desenvolvimento espontâneo da economia — contribuíram, em larga medida, para as modificações de estrutura econômica, observadas no Brasil e em outros países da América Latina, sobretudo a partir da II Guerra Mundial. Tendo em vista atenuar essa vulnerabilidade e reduzir a dependência em que seu desenvolvimento se encontra relativamente à exportação, as economias latino-americanas procuram voltar-se cada vez mais para dentro, criando internamente número crescente de atividades alternativas, orientadas para o mercado interno, através da industrialização e da diversificação da produção primária.

Êsse esfôrço de reorientação da atividade econômica consubstancia-se, em grande parte, na substituição de importação por produção nacional, assegurada pela reserva do mercado interno — através da proteção cambial e aduaneira — para número crescente de produtos nacionais e a conseqüente ampliação das oportunidades de investimentos, notadamente nas atividades industriais.

Acontece, entretanto, que, conforme ressalta recente trabalho da CEPAL, (3) a industrialização, tal como se vem processando nos países mais desenvolvidos da América Latina, tem apresentado três falhas fundamentais, que redundam em enfraquecimento de sua contribuição para o desenvolvimento econômico, a saber: a) tôda a atividade industrializadora se dirige para o mercado interno, dando-se pequena ou nenhuma atenção às oportunidades para novas exportações; b) a seleção das indústrias substitutivas tem-se feito mais por razões circunstanciais do que por considerações de economicidade; e c) a industrialização está criando nova modalidade de vulnerabilidade externa nas economias latino-americanas.

3. *Desarrollo Economico, Planeamiento y Cooperacion Internacional* (Santiago de Chile, 1961), cap. II. Veja-se também Raul Prebisch, "O Falso Dilema entre Desenvolvimento Econômico e Estabilidade Monetária", em *Revista de Ciências Econômicas*, São Paulo, março de 1961.

A excessiva orientação da indústria para o mercado interno é conseqüência da política de desenvolvimento seguida pelos países latino-americanos e da falta de estímulos para suas exportações industriais. Aquela política tem sido discriminatória contra as exportações, pois "... tem-se subsidiado — mediante direitos aduaneiros e outras restrições — a produção industrial para o consumo interno, mas não a que se poderia destinar à exportação. Desenvolveu-se assim a produção de numerosos artigos industriais de custo muito superiores aos internacionais, que poderiam ser obtidos com diferenças de custo muito menores, em troca da exportação de outros artigos industriais que poderiam ser produzidos mais vantajosamente. O mesmo se pode dizer de novas linhas de exportação primária, inclusive — dentro de certos limites relativamente estreitos — das linhas tradicionais." (4) Com isso se tem desperdiçado possibilidades de exportação que, se eficazmente aproveitadas, teriam assegurado maior ritmo de desenvolvimento econômico.

É importante ressaltar que o objetivo de tornar o investimento interno, ao invés da exportação, o principal determinante da renda nacional — com vistas a eliminar a vulnerabilidade externa da economia — deverá ser alcançado pelo aumento do volume de investimento e da renda nacional e sem prejuízo da expansão das exportações em têrmos absolutos. As necessidades de importação tenderão a crescer substancialmente, ao invés de diminuir, com o desenvolvimento econômico, e a continuidade dêste poderá ver-se comprometida se a exportação — a principal fonte da capacidade de importar — não se expandir o suficiente para assegurar os recursos, em moeda estrangeira, para o atendimento daquelas necessidades. A expansão das exportações é, ainda, indispensável para assegurar a eficiência industrial, já que, dada a estreiteza do mercado interno de cada país, a produção em larga escala não será possível, a menos que uma parte da mesma possa ser colocada no exterior.

4. CEPAL, *Op. cit.*, pág. 19-20.

A segunda falha mencionada resulta do fato de a substituição de importações não se nortear por uma política previsora e critérios seletivos, segundo a prioridade e economicidade das indústrias substitutivas, que assegurem a expansão dessas indústrias dentro de elevados padrões de eficiência e com o mínimo de desequilíbrio externo e interno. Ao contrário, ela vem-se processando mais sob a imposição de circunstâncias críticas, caracterizando-se pela improvisação e, conseqüentemente, pela ausência de considerações de economicidade, com o agravamento do desequilíbrio externo e um custo de substituição desnecessàriamente elevado, em detrimento do consumidor. Os surtos industriais têm ocorrido, via de regra, quando se apresentam dificuldades para importar, seja por conflitos externos, seja por escassez de divisas. E, nessa emergência, segue-se o caminho mais fácil, restringindo-se indiscriminadamente a importação de produtos terminados, notadamente os de consumo menos essenciais, ao mesmo tempo que se concedem amplas facilidades à importação de bens de capital, matérias primas e produtos intermediários destinados à instalação das indústrias substitutivas. Entretanto, seria mais econômico, em muitos casos, produzir certas matérias primas, bens intermediários ou bens de capital, uma vez que isso representaria, relativamente ao mercado internacional, menores diferenças de custo relativamente à produção de bens de consumo. (5)

A terceira falha decorre das duas anteriormente examinadas. Ao dar-se excessiva e indiscriminada prioridade à substituição de bens de consumo, acaba-se por os substituir quase completamente, ficando as importações limitadas pràticamente aos bens de capital, matérias primas e produtos intermediários, indispensáveis para atender às necessidades da produção corrente e assegurar a expansão da capacidade produtiva da economia. E essa deformação das importações está conduzindo os países latino-americanos mais avançados no processo de industrialização a um nôvo tipo de vulnerabilidade econômica externa, que se manifesta quando ao decrescerem as

5. CEPAL, *Op. cit.*, pág. 20.

exportações e, em conseqüência, a capacidade de importar, tornam-se insuficientes os recursos requeridos pelo nível de crescimento econômico já alcançado.

De fato, quando a importação se constitui predominantemente de bens de consumo duráveis, bens de consumo não duráveis prescindíveis e bens de capital, existe uma ampla margem comprimível na pauta da importação, que permite proteger as importações essenciais à produção corrente contra o impacto de uma queda na capacidade de importar. Nesta emergência, o desenvolvimento econômico poderá sofrer uma pausa, decorrente das menores importações de bens de capital; mas será possível evitar conseqüências depressivas sôbre a economia, já que não faltarão à produção corrente, as matérias primas e os combustíveis indispensáveis, bem como o mínimo de equipamentos e acessórios para atender à depreciação do capital fixo. Quando, porém, a importação consiste, em sua maior parte, de matérias primas, combustíveis e outros bens intermediários, além de artigos imprescindíveis ao consumo direto e imediato da população, aquela margem comprimível se apresentará muito pequena; e a queda na capacidade de importar, decorrente de um declínio acentuado na exportação, conduzirá a economia a um estado de recessão, se o país não contar com amplas reservas de divisas e/ou volume suficiente de novos capitais provenientes do exterior.

Daí a necessidade de proceder-se a uma revisão da política de comércio exterior e de industrialização, tendo em vista os seguintes objetivos:

Primeiro, estimular a exportação, seja de novos produtos — com o que se assegurará também condições de maior eficiência à produção industrial — seja de produtos tradicionais, procurando-se explorar ao máximo, no que diz respeito a êstes últimos, a capacidade de absorção, embora limitada, do mercado mundial.

Segundo, reorientar a substituição de importações, de sorte a (a) intensificá-la nas fases de maior disponibilidade de poupança e recursos para importar bens de capital, ao invés de deixar para realizá-la improvisadamente na emergência de um desequilíbrio do balanço de pagamentos, tal como

se tem feito até aqui; (b) restabelecer uma margem comprimível de importações relativamente ampla, a ser utilizada nos períodos de queda da capacidade de importar; e (c) selecionar as indústrias substitutivas, segundo critérios de eficiência e oportunidade, de modo a minimizar o custo econômico e social do processo de industrialização.

2. A economia brasileira, acompanhando a tendência geral para a especialização internacional dominante no século XIX, tornou-se e manteve-se, até a década de 1930/39, uma economia tìpicamente de exportação, orientando-se fortemente para a exportação de café e, secundàriamente, de outros produtos primários. No qüinqüênio de 1925/29, cêrca de 20% da renda nacional correspondiam ao valor da exportação; adicionando-se a essa cifra a contribuição da parcela correspondente às atividades complementares, tais como as relacionadas com o transporte e a comercialização dos produtos exportáveis, e levando-se em conta o efeito-multiplicador da exportação, pode-se ter uma idéia da influência decisiva da exportação sôbre o nível da renda e o desenvolvimento econômico do país, em época passada. Note-se, por outro lado, que, estando a exportação fortemente concentrada nas vendas de café — que no referido qüinqüênio correspondiam a 72% do valor total exportado — sòmente os embarques dêsse produto respondiam diretamente por cêrca de 14% da renda nacional. Por outro lado, 45,3% do valor da exportação destinavam-se aos Estados Unidos, nosso principal importador de café, e 56,6% aos Estados Unidos e França, o que indica a excessiva centralização geográfica das exportações, naquela época.

Êsses fatos refletem a elevada dependência em que se encontrava a renda nacional relativamente (a) à exportação em geral, (b) às vendas de café e, ainda, (c) ao nosso principal mercado — os Estados Unidos — condições que tornavam a atividade econômica interna do Brasil altamente vulnerável às variações na conjuntura econômica daquele país.

Todavia, o sério revés sofrido pela economia cafeeira, por ocasião da depressão econômica da década de 1930/39, e, posteriormente, a reserva crescente do mercado interno para a

produção substitutiva de importações — graças às dificuldades impostas à importação, pela escassez de suprimentos e transportes durante a Segunda Guerra Mundial e pela política cambial do após-guerra — contribuíram decisivamente para a intensificação do processo de industrialização que, acompanhada por modificações também importantes na composição da produção agrícola, alterou profundamente a estrutura econômica do país, sobretudo no que diz respeito às relações entre o comércio exterior e a renda nacional. Haja vista que, já em 1939, a contribuição da exportação total para a formação da renda nacional havia decrescido para 14%, enquanto a da exportação de café — brutalmente afetada pela depressão econômica e a superprodução do produto, na década dos trinta — caíra para pouco menos de 6%. A situação modificou-se ainda mais, nos últimos vinte anos, em resultado do rápido desenvolvimento da produção destinada ao mercado interno, bem como da relativa estagnação das exportações no após-guerra. No triênio 1957/59, a contribuição da exportação de mercadorias para a renda nacional já não foi além de 7,0%, enquanto a exportação de café limitou-se a cêrca de 4,0%.

Ressalte-se que essa contribuição das exportações para a renda nacional apresenta-se mais baixa do que seria conveniente no atual estágio do desenvolvimento econômico do Brasil, pois a queda da relação exportação/renda nacional decorreu, em parte, da relativa estagnação de nossas vendas ao exterior, com repercussões desfavoráveis sôbre a capacidade de importar e a continuidade do ritmo do desenvolvimento econômico do país.

Não há dúvida, porém, que a queda da relação exportação/renda nacional reflete, em larga medida, a mudança da estrutura da economia brasileira. A antiga *economia de exportação* transforma-se ràpidamente em uma *economia de investimento*, na qual é o volume do investimento interno — e, portanto, um elemento bastante suscetível de ser influenciado pela política econômica governamental — ao invés da exportação, o principal elemento determinante do nível da renda e propulsor do desenvolvimento econômico.

A economia brasileira encontra-se, atualmente, em um estádio intermediário entre aquêles dois tipos de estrutura econômica, cujas características assim se resumem: a dependência direta da renda nacional relativamente à exportação, tornou-se muito menor graças à importância crescente dos investimentos no setor interno da economia. Todavia, persiste uma elevada dependência indireta, de vez que, no atual estádio do processo de industrialização, os investimentos internos continuam repousando, em grande parte, na importação de bens de capital e produtos intermediários. Haja vista que, em 1958, ainda foi de 22,5% a participação dos bens de capital importados no investimento bruto total do país. E as importações dependem da capacidade de importar que, por sua vez, é determinada pelas receitas provenientes da exportação, e, em menor escala, do ingresso líquido de capitais do exterior.

Destarte, embora tendo perdido seu papel de principal gerador de renda e novos capitais, a exportação conserva quase intacta sua posição de elemento determinante da capacidade de importar; permanece decisiva, portanto, sua influência, se bem que indireta, sôbre o desenvolvimento econômico do país, pois a possibilidade de transformar parcela apreciável da poupança disponível em investimentos reais ainda depende das vendas ao exterior. No caso de uma contração da capacidade de importar, como vem ocorrendo nos últimos cinco anos, poderá tornar-se difícil a manutenção da taxa de investimento e, portanto, do ritmo de desenvolvimento econômico, sem o agravamento do desequilíbrio do balanço de pagamentos; por outro lado, mesmo a manutenção da produção corrente, vale dizer do nível da renda nacional, poderá ser comprometida, se, em resultado de uma queda na capacidade de importar e da inexistência da margem comprimível de importações, o país ver-se na contingência de cortar inclusive as aquisições externas de combustíveis e matérias primas indispensáveis.

3. Examinaremos, com mais pormenores, nos capítulos que seguem, as características e tendências recentes do comércio exterior do Brasil e suas relações com o desenvolvimento econômico do país. Tomaremos como ponto de partida a análise

da estrutura geral do balanço de pagamentos; consideraremos, em seguida, as diversas categorias de transações por êle envolvidas, ou seja, o intercâmbio de mercadorias, as transações com serviços e os movimentos de capital; e terminaremos a análise com o estudo da capacidade de importar e suas relações com as importações efetivas e o desenvolvimento econômico, nos últimos 15 anos.

II — O Balanço de Pagamentos do Brasil

1. O balanço de pagamentos de um país consiste no conjunto de créditos e débitos decorrentes das transações com mercadorias, serviços e capitais entre residentes no país e residentes no exterior. (6)

No Brasil são disponíveis dados oficiais a respeito sòmente a partir de 1947, embora existam algumas estimativas do Fundo Monetário Internacional para o período de 1939 a 1946. Os quadros que seguem dão uma visão panorâmica da estrutura do balanço de pagamentos do Brasil, nos últimos doze anos, ressaltando a importância relativa dos principais itens que o constituem.

Os elementos mais importantes do balanço do Brasil referem-se ao comércio de mercadorias — exportação e importação — que respondem pela maior parte da receita e despesa total, como indica o quadro nº 1. A importância relativa de ambos decresceu sensìvelmente, porém, no último decênio, em benefício dos serviços (transportes, seguros, rendas de investimentos, turismo, serviços governamentais etc.) e dos movimentos de capital.

A exportação de mercadorias contribuiu com 92,5% para a receita total, no qüinqüênio de 1948/52, distribuindo-se o restante entre os serviços e donativos (4,3%) e o ingresso de capitais (3,2%). No qüinqüênio de 1956/1960 a situação já se apresentava ligeiramente diversa; como a receita total

6. Para detalhes sôbre o conceito de balanço de pagamentos e matéria correlata, veja-se nosso artigo a respeito em *Revista de Ciências Econômicas*, São Paulo, março de 1954.

QUADRO Nº 1

RECEITA E DESPESA NO BALANÇO DE PAGAMENTOS

	1948/52		1956/60	
	US$ milhões	%	US$ milhões	%
RECEITA TOTAL	**1.477**	**100,0**	**2.001**	**100,0**
Exportações (FOB)	1.366	92,5	1.334	66,7
Serviços	61	4,1	170	8,5
Donativos	3	0,2	14	0,7
Capitais	47	3,2	483	24,1
DESPESA TOTAL	**1.704**	**100,0**	**2.091**	**100,0**
Importações (FOB)	1.238	72,6	1.203	57,5
Serviços	380	22,3	546	26,1
Donativos	6	0,4	24	1,1
Capitais	80	4,7	318	15,3

FONTE — Departamento Econômico (Divisão de Balanço de Pagamentos) da SUMOC.

se elevou para 2,0 bilhões de dólares anuais, em média, enquanto o valor da exportação de mercadorias baixou para 1,3 bilhões, declinou para 66,7% a contribuição desta para a receita total. Tendências diversas registraram os serviços e o ingresso de capitais do exterior: a receita dos serviços, elevando-se de 61 milhões para 170 milhões anuais, em média, entre os dois períodos, passou a representar 8,5% da receita total, enquanto o ingresso de capitais, estimulado pelo regime de liberdade cambial e pelos atrativos propiciados, a partir de 1953, pelo Govêrno Brasileiro, através da instrução 113 da SUMOC, e outras vantagens, alteou-se de 47 para 483 milhões de dólares anuais, em média, passando a representar cêrca de 1/4 da receita total.

A despesa total do país no exterior distribuiu-se, no qüinqüênio 1948/52, entre a exportação de mercadorias com 72,6%, os serviços e donativos com 22,7% e a amortização e outras remessas de capitais para o exterior com 4,7%. No

último qüinqüênio, a participação da importação na despesa total decresceu para 57,5%, de vez que baixou sensìvelmente o seu valor em dólares, enquanto se elevou acentuadamente a despesa total, em resultado dos maiores gastos com serviços — notadamente turismo, transportes e rendas de investimento — e amortização de dívidas externas. Os serviços e donativos responderam, então, por 27,2%, e as remessas de capitais para o exterior por 15,3% da despesa total.

2. Uma das características fundamentais do balanço de pagamentos do Brasil tem sido a persistente tendência a longo prazo para o *deficit* nas contas correntes, bem como, no após-guerra, também no conjunto do balanço.

A tendência deficitária das contas correntes está, aliás, ìntimamente relacionada com o estádio de desenvolvimento econômico em que se encontra o país.

Nos países subdesenvolvidos, em processo de crescimento, o baixo nível da renda interna não permite a formação de disponibilidades de poupança suficientes para atender às necessidades de recursos para investimentos. Em conseqüência, o investimento interno (I_i) tende a exceder a poupança interna (S_i), sendo a diferença coberta pelo ingresso líquido de capitais do exterior. Êste depende bàsicamente da poupança estrangeira (S_e) suscetível de aplicação no país, embora em curtos períodos possa constituir-se também de reservas acumuladas temporàriamente pelo país no exterior. Essa tendência para o investimento exceder a poupança interna, reflete-se no balanço de pagamentos, o qual tende a registrar excesso das importações (M) sôbre as exportações (X) de mercadorias e serviços, ou seja, *deficits* nas contas correntes (X — M). Tal *deficit* é financiado pelo ingresso líquido de capitais do exterior, sob a forma de investimentos, financiamentos e créditos de natureza compensatória, vale dizer, por *superavits* nas contas de capital, em valor correspondente aos *deficits* das contas correntes. Destarte, um saldo negativo do balanço em contas correntes identifica-se com um investimento dentro do

país realizado com recursos provenientes do exterior. Essas relações podem ser assim expressas:

$$\text{Se } X - M < O \text{ ou } X < M, \; I_i > S_i \text{ ou } I_i = S_i + S_e$$

Em estádio mais avançado de desenvolvimento econômico, ocorrerá expansão da renda nacional suficiente para gerar no próprio país tôda a poupança necessária, de sorte que o investimento interno tenderá a igualar a poupança interna, passando o país a independer da contribuição do capital estrangeiro para seu próprio crescimento. As importações tenderão a igualar as exportações e, conseqüentemente, o balanço em contas correntes tenderá para o equilíbrio, fechando-se o balanço de pagamentos, em seu conjunto, sem ingresso ou saída líquida de capitais. Teríamos, então, que:

$$\text{Se } X - M = O \text{ ou } X = M, \; I_i = S_i$$

Finalmente, em estádio ainda mais avançado de desenvolvimento econômico, o nível da renda poderá elevar-se de tal forma que as disponibilidades de poupança interna passarão a exceder o investimento interno, aplicando-se parte dessa poupança no exterior, através da liquidação da dívida externa, empréstimos e investimentos em países estrangeiros. Em tais condições, a tendência seria para as exportações de mercadorias e serviços excederem as importações, com *superavits* nas contas correntes e saída líquida de capitais para o exterior ou investimento líquido externo (I_e), ou seja:

$$X - M > O \text{ ou } X > M, \; I_i < S_i \text{ ou } S_i = I_i + I_e$$

O Brasil encontra-se, atualmente, ainda no primeiro estádio descrito. A poupança interna continua sendo insuficiente para fornecer os recursos indispensáveis para atender à totalidade dos investimentos requeridos pelo desenvolvimento econômico, dependendo o país do capital estrangeiro, não apenas do ponto de vista quantitativo, mas sobretudo do qualitativo, isto é, das inovações tecnológicas ("know-how") que nêle estão

consubstanciadas. E, em contrapartida, conforme indicam os dados do quadro nº 2, as transações correntes do balanço de pagamentos têm-se apresentado em estado sistemàticamente deficitário, compensadas pelo ingresso líquido de capitais, de natureza autônoma e compensatória. As exportações de mer-

QUADRO Nº 2

BALANÇO DE PAGAMENTOS DO BRASIL
(Valores médios anuais)

Em US$ 1.000.000

ITEM	1948/52	1953/55	1956/60
A — MERCADORIAS (Balanço Comercial)	127	297	131
Exportação	1.365	1.505	1.334
Importação	— 1.238	— 1.208	— 1.203
B — SERVIÇOS	— 319	— 334	— 376
Créditos	61	114	170
Débitos	— 380	— 448	— 546
C — DONATIVOS	— 3	— 10	— 10
Créditos	3	10	14
Débitos	— 6	— 20	— 24
D — CONTAS CORRENTES (Total de A a C)	— 195	— 47	— 255
E — CAPITAIS PARTICULARES E OFICIAIS	— 33	14	165
Investimentos	8	25	113
Empréstimos e Financiamentos	30	79	342
Amortizações	— 63	— 107	— 308
Diversos	— 8	17	18
F — ERROS E OMISSÕES	38	— 23	— 75
G — SUPERAVIT OU DEFICIT (—) (D + E + F)	— 190	— 56	— 165
H — ATRASADOS COMERCIAIS	106	— 206	—
I — FINANCIAMENTO OFICIAL COMPENSATÓRIO	84	262	165

FONTE — Departamento Econômico (Divisão de Balanço de Pagamentos) da SUMOC.

NOTA — Os dados anuais constam do Anexo I.

cadorias tendem a exceder as importações, com os conseqüentes *superavits* no balanço comercial. Êsses *superavits* são, entretanto, geralmente insuficientes para compensar o *deficit* das transações com serviços, cujos principais itens serão examinados adiante, de sorte que, adicionadas aos donativos — cujo balanço também é desfavorável ao país — as transações com mercadorias e serviços, em seu conjunto, levam à mencionada tendência deficitária das contas correntes. No período de 1947/60, sòmente nos anos de 1950, 1953 e 1956, o balanço em contas correntes registrou saldos positivos, se bem que pequenos; para o conjunto do período o *deficit* das contas correntes foi de 3.040 milhões de dólares, ou seja, a média anual de 217 milhões de dólares.

A relação entre o *deficit* do balanço em contas correntes e o investimento bruto interno em capital fixo, reflete — conforme vimos anteriormente — a dependência da formação interna do capital no que diz respeito aos recursos provenientes do exterior. Essa relação é muito baixa no Brasil, situando-se atualmente em tôrno de 10 por cento. (7) Destarte, o desenvolvimento econômico nacional já depende relativamente pouco — do ponto de vista quantitativo — do capital estrangeiro, pois o esfôrço interno de poupança já contribui com cêrca de 90 por cento para o financiamento do investimento total realizado no país.

O excesso de importações sôbre as exportações, consubstanciado nos *deficits* das transações correntes, tem sido financiado, em grande parte, pelo ingresso líquido de capitais de natureza autônoma, isto é, investimentos, empréstimos e financiamento de emprêsas privadas estrangeiras, bancos e entidades governamentais estrangeiras e internacionais, destinados ao financiamento de projetos específicos de desenvolvimento ou que ingressem no país tendo em vista aplicações lucrativas. O ingresso dêsses capitais tem sido, porém, insuficiente para atender ao *deficit* das contas correntes, de modo

7. Calculado com base nos dados das "Contas Nacionais, 1947-60" (Conta consolidada de capital), elaborados pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas.

que o balanço de pagamentos, em seu conjunto, tem registrado *deficits* que, no período de 1947/60, somam o total de 2.127 milhões de dólares, correspondente a média anual de 152 milhões de dólares. Para cobertura dêsses *deficits* as Autoridades Monetárias têm lançado mão de operações de crédito de natureza compensatória, tais como a utilização de reservas de divisas e empréstimos externos de regularização. Entre os anos de 1947 e 1952, notadamente em 1951/52, já estando pràticamente esgotadas as reservas monetárias internacionais do país e na falta de créditos compensatórios suficientes, viu-se o Brasil na contingência de incorrer também em atrasados comerciais, sòmente liquidados a partir de 1953.

3. A utilização, em ampla escala, do crédito externo, com vistas ao financiamento do desenvolvimento econômico, elevou consideràvelmente os compromissos financeiros do Brasil no exterior que, em junho do corrente ano, montavam em 2,6 bilhões de dólares (principal e juros). Nessa cifra estão compreendidos os empréstimos contraídos para financiamento de projetos específicos, bem como os relativos às operações de regularização, à dívida externa e aos atrasados comerciais, conforme indica o quadro nº 3. Há que ressaltar que o referido montante do endividamento externo não é de forma alguma excessivo; apenas o seu escalonamento no tempo é defeituoso, registrando-se enorme concentração de encargos no qüinqüênio de 1961/65 e rápida queda dos compromissos vencíveis nos anos subseqüentes. De fato, os encargos a serem liquidados no referido período, somavam, até o mês de junho último, 1,7 bilhões de dólares, correspondendo a 65% do endividamento total.

Êsse problema, que poderia criar sérias dificuldades para o balanço de pagamentos e mesmo comprometer o ritmo de desenvolvimento econômico nos próximos anos, será obviado, entretanto, com a consolidação das dívidas e a redistribuição das amortizações em período bastante mais longo, decorrentes das recentes negociações concluídas com nossos credores americanos e europeus, aliviando-se, assim, a sobrecarga de pagamentos financeiros a que o país estaria sujeito no qüinqüênio de 1961-65.

QUADRO 3

CAPITAIS ESTRANGEIROS — PREVISÃO DOS DISPÊNDIOS CAMBIAIS A LONGO PRAZO

Segundo os esquemas de pagamentos previstos, inclusive Principal e Juros, com discriminação das entidades credoras, em tôdas as moedas(1)

Posição em 30-6-61

Equiv. em US$ 1.000.000

ANOS	TOTAL ANUAL I + II + III + IV	I — PARA FINANCIAMENTOS DE PROJETOS ESPECÍFICOS — Entidades Oficiais Estrangeiras: BIRD (2)	Eximbank (3)	Outras agências financeiras do Govêrno dos E.U.A.	Entidades Privadas Estrangeiras (4)	Total do Grupo I	II — PARA FINANCIAMENTOS RELATIVOS A OPERAÇÕES DE REGULARIZAÇÃO — Entidades Oficiais estrangeiras: Fundo Monetário Internacional	Eximbank	Entidades Privadas Estrangeiras (banqueiros privados estrangeiros)	Total do Grupo II	III — Para liquidação da dívida externa consolidada	IV — Atrasados comerciais com a Inglaterra
TOTAL GERAL (5) ...	2.562,6	206,7	446,2	3,8	1.002,3	1.659,0	300,0	225,5	257,9	783,4	118,9	1,3
1961	232,1	3,6	27,4	0,8	111,2	143,0	20,0	33,4	17,6	71,0	16,9	1,3
1962	354,7	9,2	48,5	0,8	141,4	199,8	40,5	78,1	20,3	144,9	10,0	—
1963	382,2	10,1	48,1	0,8	144,6	203,6	53,0	49,4	66,3	168,7	10,0	—
1964	437,7	13,1	45,4	0,7	147,3	206,5	140,5	22,5	63,5	226,5	4,7	—
1965	301,6	13,1	41,1	0,7	119,8	174,7	40,0	21,5	60,6	122,1	4,7	—
1966	190,4	13,0	36,1	—	86,3	135,4	—	20,5	29,7	50,3	4,7	—
1967	118,4	12,4	33,3	—	68,0	113,7	—	—	—	—	4,7	—
1968	97,5	11,7	29,2	—	51,9	92,8	—	—	—	—	4,7	—
1969	83,4	10,9	26,2	—	41,6	78,7	—	—	—	—	4,7	—
1970	67,2	10,1	25,1	—	27,4	62,5	—	—	—	—	4,7	—
1971 em diante	297,4	99,5	85,9	—	62,8	248,2	—	—	—	—	49,2	—

(1) Não inclui linha de crédito do Banco do Brasil, junto a banqueiros no exterior, «swaps», etc.
(2) Não inclui empréstimos de US$ 75,15 e 18,8 milhões concedidos à Brazilian Traction, de Toronto, Canadá.
(3) Não inclui empréstimos de US$ 51,5 milhões, concedidos à Indústria e Comércio de Minérios S/A (ICOMI), que serão pagos com parte do produto da exportação de minério.
(4) Não inclui amortizações de principal e juros, sem esquema de pagamento. Êsses empréstimos são os seguintes: Brazilian Traction Light & Power Company Limited, American Foreign Power Company Incorporation, Brazilian Electric Power, às suas subsidiárias no Brasil: International Telephone and Telegraph Company, à Companhia Telefônica Nacional; Manaus Harbour Limited, à sua subsidiária; Binder, Hamlyn & Company Limited, à Pernambuco Tramway, & Power Co.
(5) Amortizações e Juros, admitida a utilização integral de todos os financiamentos registrados.
FONTE: Boletim da SUMOC, Setembro de 1961.

III — O Intercâmbio de Mercadorias

Ressaltamos, anteriormente, o importante papel que as exportações e importações de mercadorias têm desempenhado no processo de desenvolvimento da economia brasileira. Analisaremos, agora, os seus principais característicos qualitativos e quantitativos.

A. *Exportação*

1. A *composição da exportação* brasileira ainda mantém seus característicos tradicionais: permanece constituída, quase totalmente, de gêneros alimentícios e matérias primas, em sua maioria de origem agrícola, o que torna a capacidade de importar do país bastante sensível não sòmente às variações na procura internacional, mas também a circunstâncias climáticas, pragas e outros elementos de difícil contrôle, que influenciam a disponibilidade de produtos exportáveis, sobretudo daqueles de longo ciclo de produção, tais como o café e o cacau. Verifica-se, por outro lado, que os produtos são enviados ao exterior, em sua maior parte, com pequena ou nenhuma transformação.

A exportação de gêneros alimentícios representou, no qüinqüênio de 1955/59, cêrca de 3/4 do valor total da exportação, enquanto às matérias primas couberam 22% do mesmo valor. Não obstante a imensa potencialidade mineira do país, é ainda relativamente reduzida a importância das exportações de minerais; estas se resumem nas vendas de minério de ferro e manganês e, mais recentemente, também de petróleo cru, contribuindo, em seu conjunto, com menos de 10% para o valor total da exportação.

Por outro lado, é ainda pouco expressiva a participação das manufaturas na exportação, embora o país já conte com um parque industrial bem diversificado, notadamente no que diz respeito à produção de bens de consumo. No qüinqüênio de 1955/59, as vendas de manufaturas ao exterior não chegaram a ultrapassar 1,7% do valor total exportado. É verdade que essa percentagem tende a expandir-se ràpidamente, tendo já em 1960 se elevado para 2,7%.

O quadro nº 4 dá uma idéia da importância dos principais produtos da exportação. Como se vê, a exportação está fortemente concentrada em número reduzido de produtos, tendo o café à frente. Os cinco produtos principais representavam conjuntamente 3/4 do valor da exportação, no triênio de 1957/59, enquanto o café sòzinho respondia por 58% daquele valor.

Observa-se, no entanto, uma diversificação a longo prazo da pauta de exportação, decrescendo a importância relativa ao café, enquanto se multiplica lentamente o número dos demais produtos. Contribuiram de modo especial para essa diversificação o substancial aumento das vendas de pinho, açúcar, minérios de ferro e manganês, manteiga de cacau e, mais recentemente, do petróleo cru, produtos que ocupam, atualmente, posições de destaque entre os 15 principais artigos exportados.

Êsse processo de diversificação regrediu sensìvelmente, porém, a partir de 1950, enquanto vigorou uma política de desestímulo às exportações, através do tratamento cambial discriminatório que lhes foi dispensado. Não obstante a constante elevação dos custos internos, decorrente da inflação, a exportação esteve sujeita, até recentemente, a taxas cambiais inflexíveis, reajustadas com grande atraso pelas Autoridades Monetárias, que tornavam a maior parte dos produtos naciomais incapaz de competir no mercado internacional, levando muitos dêles a serem, total ou parcialmente, expelidos daquele mercado, com a resultante acumulação freqüente de estoques invendáveis no mercado interno. Em conseqüência, a exportação voltou a concentrar-se fortemente no café, cujas vendas novamente passaram a representar mais da metade do valor total exportado.

A análise do quadro nº 4 chama ainda a atenção para as modificações registradas com relação à borracha, ao algodão e aos couros e peles. A borracha, um dos cinco principais produtos exportados no passado, transformou-se em produto exclusivamente de consumo interno, graças ao desenvol-

QUADRO 4

COMPOSIÇÃO DA EXPORTAÇÃO

(em porcentagem sôbre o valor total da exportação)

Nº	1925-29		1935-39		1945-49		1957-59	
	Mercadoria	%	Mercadoria	%	Mercadoria	%	Mercadoria	%
1	Café em grão	71,7	Café em grão	47,1	Café em grão	41,8	Café em grão	57,9
2	Peles e couros	4,8	Algodão em pluma	18,6	Algodão em pluma	13,3	Cacau em amêndoas	5,6
3	Cacau em amêndoas	3,5	Cacau em amêndoas	4,5	Tecidos de algodão	4,5	Tábuas de pinho	3,9
4	Erva-mate	3,0	Couros e peles	4,5	Cacau em amêndoas	4,3	Açúcar	3,7
5	Borracha	2,9	Sementes oleaginosas	3,8	Peles e couros	3,7	Minério de ferro	3,3
6	Algodão em pluma	2,1	Frutos de mesa	3,4	Pinho	3,5	Algodão em pluma	2,7
7	Fumo	1,9	Carnes	3,0	Sementes oleaginosas	2,8	Minério de manganês	2,5
8	Sementes oleaginosas	1,9	Cêra de carnaúba	1,9	Arroz	2,2	Manteiga de cacau	1,8
9	Carnes	1,8	Fumo	1,6	Cêra de carnaúba	1,9	Cêra de carnaúba	1,4
10	Lã em bruto	0,8	Erva-mate	1,3	Carnes	1,8	Petróleo cru	1,3
11	Minério de manganês	0,8	Tortas oleaginosas	1,2	Fumo em fôlha	1,8	Fumo em fôlha	1,2
12	Cêra de carnaúba	0,7	Borracha	1,1	Óleos vegetais	1,2	Sisal	1,1
13	Frutos de mesa	0,6	Pinho	1,0	Açúcar	1,2	Erva-mate	1,1
14	Pinho	0,4	Óleos vegetais	1,0	Borracha	1,0	Óleo de mamona	1,1
15	Açúcar	0,4	Arroz	0,8	Erva-mate	0,7	Peles e couros	0,9
Total das 15 mercadorias principais		97,3	—	94,8	—	85,7	—	89,5
Diversos		2,7	—	5,2	—	14,3	—	10,5
Total geral		100,0	—	100,0	—	100,0	—	100,0

Fonte dos dados brutos: — Serviço de Estatística Econômica e Financeira do Ministério da Fazenda.

vimento da indústria de artefatos de borracha, tendo mesmo se transferido da pauta da exportação para a da importação, uma vez que a produção interna tem sido insuficiente para atender às necessidades da indústria. O algodão e os couros e peles, que já ocuparam, em épocas diversas, a segunda posição entre os artigos importados, viram sua importância relativa reduzir-se substancialmente, à medida que seus suprimentos se desviaram também para o atendimento das necessidades da indústria nacional.

No que diz respeito às condições do mercado, conclui-se da análise acima que, constituindo-se de gêneros alimentícios e matérias primas de natureza primária, as exportações brasileiras estão sujeitas a uma oferta que se caracteriza por baixa elasticidade-preço, especialmente com relação ao café e cacau, cujos ciclos de produção são de longa duração e, em menor escala, com os artigos de natureza agrícola em geral. A procura, por sua vez, caracteriza-se por baixa elasticidade-renda, o que significa que, não variando os preços relativos, o volume da exportação tende a ser pouco afetado pelas flutuações nas rendas dos países importadores. Demais, encontra-se a exportação fortemente concentrada no café e no cacau, produtos cuja procura relativamente inelástica com relação ao preço, devido principalmente ao fato de ser o Brasil importante fornecedor dêsses artigos no mercado mundial, notadamente com relação ao café. Ressalte-se, no entanto, que o restante da pauta de exportação (pouco mais de 60 por cento), consiste em produtos que, embora de natureza primária em sua maior parte, enfrentam procura internacional cuja elasticidade-preço tende a ser relativamente alta, pois o Brasil se encontra, com relação a êsses produtos, em posição de pequeno fornecedor — ao contrário do que ocorre com o café e o cacau — e, conseqüentemente, são grandes as possibilidades de sua substituição por similares de outras procedências.

Êsses característicos indicam a necessidade de maiores esforços no sentido da diversificação da exportação, de sorte a assegurar maior estabilidade, face às flutuações nos preços, à respectiva receita em moeda estrangeira.

2. A *distribuição da exportação* entre os principais países de destino é indicada pelo quadro nº 5. A exportação encontra-se excessivamente centralizada nos Estados Unidos e principais países industriais da Europa Ocidental, o que é natural em se tratando de embarques constituídos, em sua quase totalidade, de gêneros alimentícios e matérias primas, dos quais aquêles países constituem os principais compradores. Sòmente os Estados Unidos absorveram 41,3% de nossas exportações, no triênio de 1957/59, seguindo-se a República Federal Alemã e o Reino Unido, com 6,8 e 6,7 por cento, respectivamente. Êsses três países participam, em seu conjunto, em mais da metade do valor das exportações brasileiras. Entre os dez principais mercados classificam-se, ainda, em ordem de importância: a Argentina, a Holanda, a França, Japão, Itália, Suécia e Uruguai. Ressalte-se que os embarques para a América Latina são ainda de expressão modesta, não ultrapassando 10% do total, e dirigindo-se, em sua quase totalidade, para três países: Argentina, Uruguai e Chile. Nota-se, entretanto, que, acompanhando a tendência para a diversificação da composição por produtos, registrou-se, nos últimos trinta anos, uma substancial atenuação da centralização geográfica de nossos mercados externos. Evidência disso é o fato de a participação dos dez principais países na exportação total ter decrescido progressivamente de 93,7%, no qüinqüênio de 1925/29, para 79,3% no triênio de 1957/59. E essa tendência deverá intensificar-se na medida em que o país conseguir, através de uma política mais agressiva de exportação, ampliar com novos produtos, notadamente os da produção industrial, a pauta de exportação. A Área de Comércio Livre da América Latina, bem como os mercados da Cortina de Ferro, desempenharão papel relevante nesse sentido.

3. O *poder aquisitivo das exportações* constitui um dos índices mais importantes para avaliar-se o papel da exportação sôbre as variações na capacidade de importar e o processo de desenvolvimento econômico.

O referido índice resulta da multiplicação do *quantum* da exportação pela relação do intercâmbio, em cada ano, o que

QUADRO 5

DISTRIBUIÇÃO DA EXPORTAÇÃO POR PAÍSES

(Em percentagem do valor total da importação)

Nº	1925/29		1935/39		1945/49		1957/59	
	Países	%	Países	%	Países	%	Países	%
1	Estados Unidos	45,3	Estados Unidos ...	36,9	Estados Unidos	44,3	Estados Unidos	41,3
2	França	10,3	Alemanha (R.F.) ..	15,1	Reino Unido	9,1	Alemanha (R.F.) ..	6,8
3	Alemanha	9,1	Reino Unido	9,7	Argentina	9,0	Reino Unido	6,7
4	Argentina	6,0	França	6,9	União Belgo-Luxemburguêsa	4,1	Argentina	6,6
5	Holanda	5,7	Argentina	4,8	Itália	2,7	Holanda	4,2
6	Itália	5,2	Japão	4,1	Holanda	2,7	França	3,4
7	Reino Unido	4,4	Holanda	3,7	Espanha	2,5	Japão	3,0
8	Uruguai	2,7	União Belgo-Luxemburguêsa	3,2	Suécia	2,4	Itália	2,7
9	Bélgica	2,7	Itália	2,5	França	2,3	Suécia	2,5
10	Suécia	2,3	Suécia	2,2	Uruguai	1,7	Uruguai	2,1
10 países		93,7	—	89,1	—	80,8	—	79,3
Outros países		6,3	—	10,9	—	19,2	—	20,7
Total geral		100,0	—	100,0	—	100,0	—	100,0

Fonte dos dados brutos: — Serviço de Estatística Econômica do Ministério da Fazenda.

indica que o poder aquisitivo das exportações varia diretamente com o *quantum* e os preços das exportações e inversamente com os preços da importação.

Os dados a respeito sôbre o Brasil estão resumidos no quadro nº 6.

Conforme se vê, o poder aquisitivo das exportações brasileiras elevou-se substancialmente, entre 1948 e 1954, atingindo, neste último ano, o nível mais elevado do período, ou seja, nível superior a 57% ao observado em 1948. Deteriorou-se, entretanto, nos anos de 1955 a 1958, ao que seguiu uma recuperação parcial nos últimos dois anos. Em têrmos de médias anuais, o poder aquisitivo das exportações alteou-se, no qüinqüênio de 1950/54, para o índice de 141, em relação ao ano de 1948, declinando posteriormente para 139 e 137, respectivamente, nos dois triênios seguintes.

Como se poderá observar pelo gráfico nº 1, o incremento do poder aquisitivo das exportações foi determinado exclusivamente pelas variações na relação de intercâmbio, pois o *quantum* exportado se manteve, até 1959, abaixo do nível registrado em 1948.

No período que vai de 1948 a 1954, o *quantum* decresceu acentuadamente, atingindo, no último ano indicado, nível inferior de 35% ao de 1948; e, não obstante a promissora recuperação por que passou desde 1955, sòmente em 1960 voltou a situar-se no nível observado em 1948.

Contribuiu decisivamente para essa evolução desfavorável do *quantum* exportado o declínio do volume das vendas de café, algodão e peles e couros, não compensado pelo acréscimo nos embarques dos demais produtos. As vendas de café foram sèriamente reduzidas, inicialmente pela relativa escassez do produto então reinante e a conseqüente alta espetacular de seu preço, no período de 1948/54; e desde 1955, pela sua crescente substituição por cafés de outras regiões do Mundo, especialmente da África, estimulada pela política de preços altos mantida pelo Brasil. No que diz respeito ao algodão, os embarques para o exterior foram afetados pela redução dos excedentes exportáveis, decorrente do grande aumento do consumo interno, sem que a produção da fibra assinalasse ten-

QUADRO 6

«Quantum», Preços e Poder Aquisitivo da Exportação

ANOS	«Quantum» da exportação		Índices de Preços da Exportação 1948 = 100	Índices de Preços da Importação 1948 = 100	Relação de Intercâmbio 1948 = 100	Coluna E menos 100	Efeito das variações na relação de intercâmbio A x F / 100	Poder aquisitivo das Exportações (A + G)	
	Em milhões de dólares de 1948	Índices						Em milhões de dólares de 1948	Índices
	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)	(F)	(G)	(H)	(I)
1947	1.146	96	101	94	107	7	80	1.226	104
48	1.183	100	100	100	100	—	—	1.183	100
49	1.038	88	106	86	119	19	197	1.235	104
50	894	76	152	78	195	95	849	1.743	147
51	952	81	186	96	194	94	895	1.847	156
52	796	67	178	106	168	68	541	1.337	113
53	911	77	169	98	172	72	656	1.567	133
54	791	67	197	84	235	135	1.068	1.859	157
55	916	77	155	85	182	82	751	1.667	141
56	988	84	150	88	171	71	702	1.690	143
57	947	80	147	89	166	66	625	1.572	133
58	928	78	134	83	161	61	566	1.494	126
59	1.176	99	109	79	138	38	447	1.623	137
60	1.186	100	107	73	146	46	546	1.732	147

Fontes dos dados brutos: — «Boletim da SUMOC» e «Conjuntura Econômica».

dência ascendente. Quanto aos demais produtos, as exportações foram intensamente cerceadas pela ação combinada da crescente inflação interna e o sistema de taxas cambiais inflexíveis, a que nos referimos precedentemente. Observaram-se aumentos apreciáveis no volume exportado sòmente de artigos que, embora classificados entre os principais, se traduzem em parcelas de pequena expressão no valor total. São o pinho, os minérios de ferro, a cêra de carnaúba e outros, cujas características lhes tem assegurado melhores condições de resistência à competição internacional.

Ressaltamos anteriormente o fato de que o lento crescimento da procura mundial de produtos primários tem impôsto uma séria limitação à expansão das exportações e ao próprio desenvolvimento econômico dos países subdesenvolvidos, tomados em seu conjunto. Trata-se, evidentemente, de uma limitação de natureza estrutural que não deve ser invocada para explicar o comportamento do volume físico das exportações brasileiras no após-guerra. Neste caso, estamos em presença de fatôres limitativos de ordem conjuntural e institucional, quais sejam a política de preços altos adotada para o café, que desviou parte das compras do produto nacional para as dos produtos similares de outras procedências, e o irrealismo do sistema cambial a que, até há pouco tempo, estiveram sujeitas as exportações brasileiras em geral. Não há dúvida de que a baixa elasticidade-renda da procura mundial de artigos primários não tem assegurado um mercado ràpidamente crescente às exportações dos países subdesenvolvidos, consideradas em seu conjunto. Ocorre, no entanto, que as exportações de um país individual estão sujeitas a um processo de substituição por exportações de países competidores, sobretudo no caso de produtos em que o país participa com pequena parcela na oferta total, cuja elasticidade-preço da procura externa tende a ser elevada, como é o caso, no Brasil, de produtos outros que o café e o cacau. Dada essa possibilidade, o *quantum* exportado de um país individual poderá sofrer variações acentuadas, em caso de modificação nos preços relativos, mesmo que se mantenha estável

a procura mundial dos mesmos produtos de tôdas as procedências.

Uma evidência disso está no fato de que, enquanto decrescia, no após-guerra, o volume das exportações brasileiras, outros países de exportações semelhantes às nossas viam suas exportações se expandirem, em alguns casos substancialmente. É o que ocorreu, por exemplo, com as exportações de café de outras regiões, como a América Central e a África; e a América Latina, em seu conjunto, usufruiu de um aumento de 30% do *quantum* exportado, no período em aprêço, enquanto o México mais que dobrava suas exportações e outros viam as suas crescerem de 85% (El Salvador), 21% (Colômbia) e 19% (Chile).

A política cambial mais realística adotada pelo Govêrno, com a progressiva transferência das exportações para o mercado da taxa livre, nos últimos dois anos, permitiu eliminar as limitações apontadas à expansão do volume exportado. E êste vem recuperando-se ràpidamente, de sorte a mais que compensar os efeitos depressivos dos preços sôbre o poder aquisitivo das exportações, conforme se depreende do gráfico nº 1.

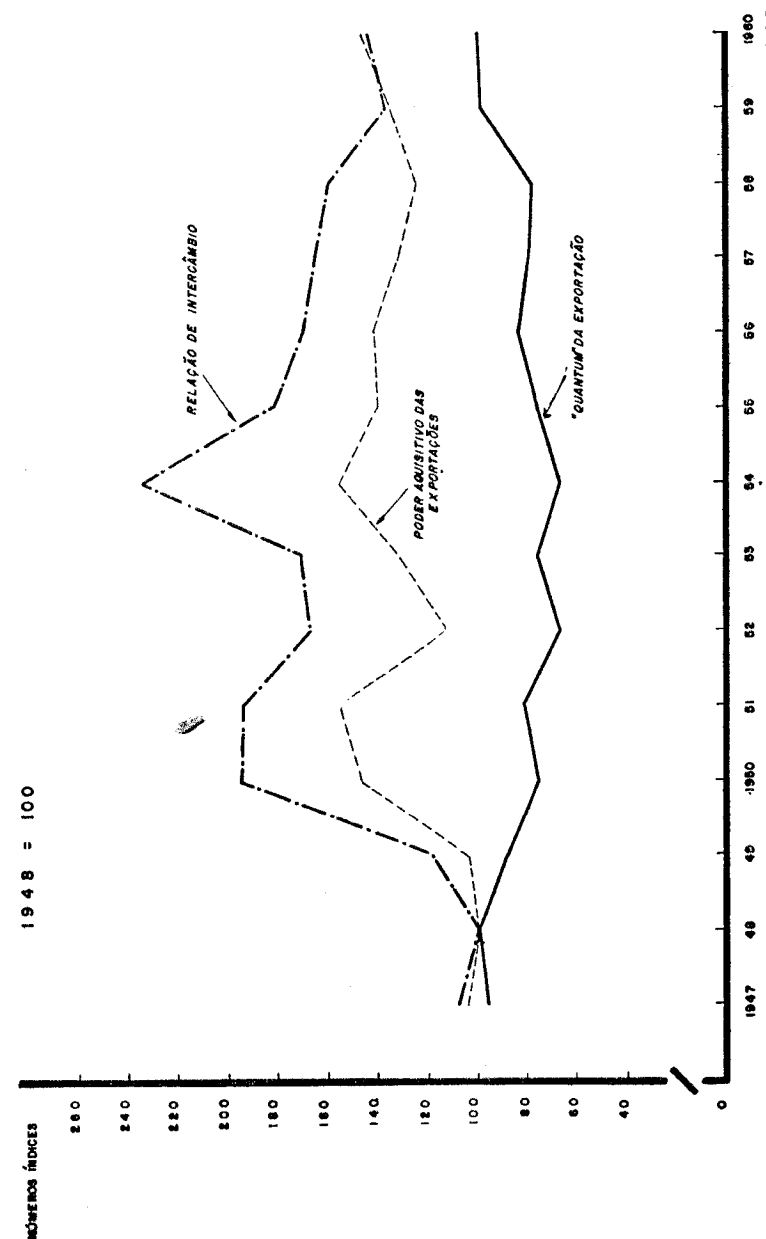
No que diz respeito à relação do intercâmbio, observou-se comportamento inverso daquele experimentado pelo *quantum* exportado, no período de 1948/60. Os preços das importações, em moeda estrangeira, declinaram substancialmente, a partir de 1948, à medida que se restabeleceram a normalidade e a competição no mercado internacional. O respectivo índice situou-se, em 1960, em nível 27% inferior ao observado em 1948. O índice de preços da exportação apresentou, por sua vez, duas tendências opostas: uma fortemente ascendente entre os anos de 1948 e 1954, quando ocorreu espetacular alta do preço do café, dada a escassez reinante do produto; e outra descendente, a partir de 1955, refletindo notadamente a queda nas cotações do café, que vem acompanhando a presente crise de super-produção do produto. A relação do intercâmbio melhorou de maneira excepcional no período de 1948/54, em resultado das tendências acima apontadas relativamente aos preços de importação e exportação. Haja vista que o respectivo índice dobrou, entre 1948 e 1950; e, após cair ligeiramente no biênio

de 1951/52, voltou a elevar-se fortemente em 1954, quando apresentava um aumento de 135% sôbre o ano de 1948, em resultado de nova alta do preço do café, que se acompanhou também da do preço do cacau. (8) Destarte, o efeito altamente positivo das variações na relação de intercâmbio permitiu compensar largamente a queda do *quantum* exportado, de sorte a propiciar aumento substancial do poder aquisitivo da exportação e da capacidade de importar, com ela intimamente relacionada. A relação de intercâmbio passou a deteriorar-se, porém, a partir de 1955, com a inversão dos preços do café e do cacau, embora persistisse a tendência para o declínio dos preços da importação. Contudo, a relação de intercâmbio ainda se mantinha, em 1960, em nível superior de 40% ao de 1948.

Com a queda da relação de intercâmbio, relativamente ao ano de 1954, o poder aquisitivo das exportações vinha decrescendo perigosamente, uma vez que o *quantum* exportado não apresentava aumento compensador. Todavia, essa tendência parece ter-se invertido nos últimos dois anos, pois o poder aquisitivo das exportações mostra indícios de recuperação, embora persista a queda da relação de intercâmbio.

B. *Importação*

As tendências da importação brasileira, no após-guerra, estão intimamente relacionadas com o intenso surto de industrialização que caracterizou o desenvolvimento econômico do país, nos últimos vinte anos, por uma dupla razão: primeira, o processo de industrialização alicerçou-se em crescente substituição de importações por produção nacional; segundo, a expansão e diversificação do parque industrial brasileiro repercutiu intensamente sôbre a composição e o volume das importações.

8. Essa evolução favorável dos preços da exportação relativamente aos da importação, no período de 1948-54, foi uma recuperação parcial da persistente deterioração da relação de intercâmbio, observada no período de 1910-48. Para detalhes a êste respeito, ver nosso estudo "Índices de Preços no Comércio Exterior do Brasil, 1901-1949", em *Revista Brasileira de Economia*, junho de 1952.

1. A *substituição de importações* não obedeceu, pelo menos até 1956, a uma política seletiva racional dos produtos importados, com vistas à criação e expansão daquelas atividades que mais pudessem contribuir para o aceleramento do desenvolvimento econômico, com o mínimo de desequilíbrio interno e externo.

Processou-se, inicialmente, em resposta à queda dos suprimentos de artigos importados durante a II Guerra Mundial e imediato após-guerra. O esfôrço de substituição de importações, em larga escala, então realizado, foi, entretanto, prejudicado: primeiro, pela escassez de equipamentos para instalação de novas atividades industriais e, segundo, pela improvisação, pois não obedeceu a qualquer programação.

Posteriormente, no qüinqüênio de 1948/53, intensificou-se o processo de substituição. Êste, entretanto, foi influenciado predominantemente por considerações relativas ao balanço de pagamentos. As restrições às importações, tendo em vista mais a preocupação com a escassez de divisas do que pròpriamente a natureza das atividades internas que se pretendia fomentar, propiciou grandes estímulos a uma indiscriminada produção substitutiva interna, que, nem sempre atendendo a razões de economicidade, tornou desnecessàriamente elevado o custo da industrialização, além de criar distorções evitáveis na estrutura da produção industrial.

Com efeito, a proteção às atividades industriais implícita na política cambial concentrou-se nos setores relativos à produção de bens menos essenciais — bens finais de consumo em sua maior parte — pois as severas restrições quantitativas às importações dêsses bens, através do sistema de licenciamento prévio da então CEXIM, ao eliminar pràticamente a competição estrangeira para produtos similares produzidos internamente, reservou o crescente mercado interno para a produção substitutiva nacional, criando grande estímulo aos investimentos industriais nos respectivos setores. Com relação aos bens de capital, produtos intermediários e matérias primas em geral — exceção feita a produtos como o ferro, aço e outros que foram objeto de planos especiais — não só não houve proteção contra os similares estrangeiros, como também as

condições criadas pela política cambial foram de completo desestímulo aos investimentos destinados a produzi-los no país, já que a preferência dada na concessão de licenças de importação, à taxa oficial de câmbio, permitiam sua aquisição no exterior a preços relativamente baixos, com os quais a produção nacional não podia competir.

Ocorreu, assim, intensa concentração dos investimentos industriais no setor de bens de consumo menos essenciais, em prejuízo da complementariedade e integração do parque industrial. Em resultado, o processo de substituição de importações redundou em expansão das necessidades de importação muito maior do que seria o caso, se tivesse obedecido a uma orientação prioritária dos investimentos, com o conseqüente agravamento da tendência deficitária do balanço de pagamento; e, por outro lado, apresentaram-se mais intensas as pressões inflacionárias oriundas daquele processo, seja porque atividades industriais foram fomentadas independentemente de critérios de eficiência e oportunidade, determinando maiores custos para a produção substitutiva e menor contribuição desta para o crescimento da renda real, seja porque o fato de as restrições à importação de bens de consumo não terem sido complementadas por medidas tendentes a reduzir a propensão a consumir dos bens que deixaram de ser importados, redundou em menor aumento das poupanças disponíveis, quando a substituição daqueles artigos por similares nacionais estava exigindo considerável aumento das despesas de investimento.

O quadro descrito alterou-se sensivelmente, porém, com as modificações da política cambial, que tiveram lugar a partir de 1953.

Aboliu-se, em fins daquele ano, o contrôle direto das importações, estabelecendo-se, em seu lugar, o sistema de leilões de câmbio, pelo qual as mercadorias importadas ficaram classificadas, para fim de seleção, em cinco categorias, de acôrdo com o grau de essencialidade e as possibilidades de sua produção substitutiva no país. As taxas de câmbio vigentes para a importação de parte substancial de produtos, não só foram elevadas, como também passaram a obedecer a um mecanismo automático de reajustamento, de sorte a poderem acompanhar

a alta dos preços internos decorrentes da inflação. Com isso a produção substitutiva interna passou a contar com maior estímulo que antes para a sua diversificação, pois as importações de certos equipamentos, produtos industriais básicos e matérias primas — efetuadas à taxa de câmbio oficial, no sistema anterior — ficaram sujeitas ao pagamento de crescentes ágios cambiais, que, ao elevarem os seus preços (em moeda nacional), estimularam os investimentos com vistas a sua produção no território nacional. Todavia, persistiu a improvisação na instalação das novas indústrias, continuando os investimentos a realizarem-se sem qualquer plano de conjunto. Além disso, parcela importante da importação, principalmente de bens de produção, permaneceu isenta do pagamento de ágios cambiais, realizando-se pelo chamado "custo do câmbio" (e, no caso especial do papel de imprensa, à taxa oficial), o que, além de manter excessivamente elevadas as importações dêsses artigos, prejudicou o desenvolvimento no país da respectiva produção substitutiva.

O processo de industrialização da economia brasileira foi assistido, a partir de 1956, por uma política mais consistente de substituição de importações, na qual as considerações relativas à importância das indústrias substitutivas para o desenvolvimento econômico, mais que as de natureza meramente cambial, passaram a ocupar o primeiro plano.

Contando o país com um parque industrial já bastante diversificado no setor de bens de consumo, as atenções do Govêrno e dos homens de emprêsa concentraram-se, cada vez mais, na instalação e expansão das indústrias básicas, tais como a siderúrgica, a petrolífera, a metalurgia dos metais não-ferrosos, a automobilística, a de construção naval, as indústrias mecânicas e de material elétrico pesado, as de celulose e papel, as químicas de base e outras. Tais indústrias foram objeto de planos especiais, consubstanciados no Programa de Metas, os quais, através de incentivos e subsídios de várias naturezas, inclusive cambial, propiciou-lhes condições para rápido desenvolvimento.

As modificações introduzidas em 1957 no contrôle seletivo das importações, (9) contribuíram decisivamente para a execução daqueles planos e a conseqüente maior integração que se observou no desenvolvimento industrial do país, pois asseguraram maior proteção contra a competição estrangeira para uma série de novos produtos, notadamente bens de produção, que se procurou substituir por similares nacionais, ao mesmo tempo que manteve o subsídio cambial para a importação dos bens necessários à produção daqueles produtos no território nacional.

Com efeito, a nova Tarifa das Alfândegas, de caráter eminentemente protecionista, em vigor desde setembro de 1957, transferiu, em grande parte, dos ágios cambiais para os direitos aduaneiros — com grande vantagem para a execução do programa de industrialização — as funções de contenção seletiva das importações e de proteção da indústria nacional contra a concorrência externa. Por outro lado, número crescente de novos produtos, notadamente bens de produção, foram enquadrados na categoria especial, sujeita a taxas efetivas de câmbio bastante elevadas, em complemento ao efeito protecionista dos direitos aduaneiros, enquanto eram mantidas amplas faci-

9. A Lei nº 3.244, de 14-8-1957 introduziu a tarifa aduaneira vigente e determinou várias modificações no sistema cambial, entre elas o reagrupamento das importações em apenas três categorias, a saber: a *especial,* a *geral* e a que poderíamos chamar de *preferencial*. Na primeira, foram incluídos os bens de consumo restrito e outros de qualquer natureza cujo suprimento interno fôsse satisfatório, transferindo-se para a mesma aquêles artigos que viéssem a preencher essa condição, que, assim, ficavam sujeitos a taxas efetivas de câmbio quase proibitivas. A segunda categoria abrangia matérias primas, equipamentos e outros bens de produção ou de consumo genérico, para os quais não houvesse suprimento adequado no mercado interno. A categoria preferencial, finalmente, compreendia as mercadorias de tratamento privilegiado, tais como papel de imprensa, fertilizantes e inseticidas para a agricultura, trigo em grão, petróleo e derivados (exceto gasolina), equipamentos correspondentes a investimentos considerados essenciais ao desenvolvimento econômico nacional e outros produtos. As importações enquadradas nesta categoria continuaram efetuando-se no "custo do câmbio" e, no caso do papel de imprensa, à taxa ainda mais favorável.

lidades para a importação — com ou sem cobertura cambial e, em sua maior parte, à taxa correspondente ao "custo do câmbio" — de máquinas e equipamentos, produtos intermediários e matérias primas, destinados à produção daqueles produtos no território nacional.

Graças a tais eventos, o esfôrço de substituição de importações desviou-se fortemente para o setor de bens de produção, no último qüinqüênio. Haja vista que, entre 1955 e 1960, a produção industrial nesse setor cresceu de 223 por cento, enquanto no setor de bens de consumo o aumento não foi além de 23 por cento. (10)

Entretanto, não obstante a tendência para maior integração do parque industrial, observada a partir de 1956, não se conseguiu eliminar certas distorções que, na atual conjuntura de queda da capacidade de importar, estão comprometendo a continuidade do processo de substituição de importações, vale dizer do processo de desenvolvimento econômico, além de constituir uma ameaça potencial à própria manutenção da atividade econômica corrente.

Com efeito, a demasiada ênfase que se deu, inicialmente, à substituição de importações de bens de consumo menos essenciais — que está pràticamente terminada — e, posteriormente, à de bens de capital, redundou em relativo atraso da substituição de matérias primas, combustíveis e produtos intermediários, cujas necessidades de importação crescem ràpidamente. (11) Em resultado, tornou-se cada vez mais rígida a pauta das importações, conforme se verá adiante, ao mesmo tempo que, em face da tendência declinante da capacidade de importar, se reduziam os recursos disponíveis para as compras externas de bens de capital.

10. Conselho Nacional de Economia, *Exposição Geral da Situação Econômica do Brasil*, 1960 (Rio de Janeiro, 1961), quadro XVI, pág. 127.

11. Note-se que a produção brasileira de matérias primas industriais aumentou, entre 1955 e 1960, de 95 por cento, enquanto no setor de bens de capital os acréscimos observados na produção foram os seguintes: máquinas e equipamentos, 700 por cento; material elétrico, 245 por cento; e material de transporte, 1.040 por cento. (*Ib.*)

A permanência, por prazo demasiadamente longo, do subsídio cambial, implícito no chamado "custo de câmbio" — que beneficiava cêrca da metade das importações brasileiras — foi, em grande parte, responsável pela mencionada situação, pois, embora seja inegável que ela facilitou a substituição, a baixo custo para o empresário nacional, de produtos importados através das categorias especial e geral, por outro lado, ela redundou em atraso do processo de substituição das importações de combustíveis e certos materiais, favorecidas pelo subsídio.

As alterações registradas na política cambial, durante o ano em curso, notadamente a substancial redução do aludido subsídio cambial e, posteriormente, sua completa eliminação, (12) abriram, porém, perspectivas para novas substituições de importações, que, se assistidas por uma adequada orientação dos investimentos, com vistas a canalisá-los mais intensamente para a produção de combustíveis, matérias primas e materiais em geral, poderão ensejar a rápida correção das distorções a que nos referimos precedentemente.

2. A *composição da importação* brasileira, refletindo o rápido desenvolvimento industrial observado no país, nos últimos quinze anos, passou por transformações substanciais.

As importações correspondentes aos bens de consumo, duráveis e semiduráveis, sofreram importantes reduções, enquanto ocorreu crescimento apenas moderado nas importações de gêneros alimentícios, declinando assim fortemente a importância relativa dos bens de consumo. Êstes bens representam, atualmente, pouco mais de 6 por cento do valor total da importação, contra 15,5 por cento no biênio de 1938/39. No que diz respeito às importações de bens de produção, regis-

12. Aboliu-se, no primeiro semestre de 1961, a categoria geral, cujos produtos passaram a ser importados através do mercado da taxa livre, ao mesmo tempo que o "custo de câmbio" foi elevado para 200 cruzeiros, dobrando-se relativamente ao nível anterior; e, no mês de julho, a categoria preferencial foi, por sua vez, extinta, passando as importações dos produtos por ela abrangidos a terem cobertura também através do mercado da taxa livre.

trou-se tendência inversa, passando esta categoria a constituir, atualmente, cêrca de 94% do valor total de nossas compras no exterior.

O quadro nº 7, correspondente à classificação dos produtos importados conforme a utilização, dá uma idéia das tendências apresentadas pelos grandes grupos de produtos.

Essas tendências podem ser assim resumidas:

a) o grupo relativo aos gêneros alimentícios, bebidas e fumo (inclusive produtos para sua fabricação), apresentou um decréscimo relativamente pequeno em sua importância relativa, passando a representar, em 1959, 13 por cento do total da importação. Ocorreram, entretanto, grandes alterações entre os componentes do grupo, no qual passaram a predominar os materiais para sua produção no país — principalmente o trigo, que representa cêrca de 3/4 do valor das importações de todo o grupo — reduzindo-se, conseqüentemente, à pequena expressão, no conjunto, os bens terminados de consumo;

b) as importações correspondentes ao grupo constituído pelos combustíveis, lubrificantes, produtos para iluminação e derivados do petróleo e carvão, apresentaram considerável expansão, seja em volume seja em valor, representando, atualmente, cêrca de 1/5 do total das importações. O grupo esteve sujeito também a mutações importantes, destacando-se a crescente substituição da gasolina e outros derivados do petróleo, pelo óleo bruto destinado a processamento nas refinarias do país;

c) a importância relativa do grupo constituído pelas matérias primas modificou-se relativamente pouco, não obstante o respectivo volume importado ter duplicado nos últimos vinte anos. Representa, atualmente, pouco mais de 30 por cento do valor total das importações. Tiveram lugar, porém, muitas substituições de componentes do grupo por produção nacional — substituição integral em muitos casos — tal como ocorreu com os materiais texteis, cimento, produto semi-elaborados de ferro e aço e outros;

QUADRO 7

COMPOSIÇÃO DA IMPORTAÇÃO SEGUNDO A UTILIZAÇÃO

(Em percentagem sôbre o valor total)

	1938/39	1948/50	1954/56	1957	1958	1959
I — Gêneros alimentícios, bebidas e fumo (inclusive produtos para sua fabricação)	14,9	17,9	16,2	12,7	11,9	13,0
II — Combustíveis, lubrificantes, produtos para iluminação e demais derivados do petróleo e do carvão	13,1	12,8	20,8	19,5	22,2	20,0
III — Matérias primas e materiais para a produção industrial e agrícola (exceto os incluídos no Grupo I)	30,0	23,8	29,9	32,9	30,9	31,2
IV — Equipamento e aparelhamento para a agricultura, indústria e comércio (bens de investimento dos produtos)	29,9	35,2	29,7	31,6	31,1	32,6
V — Produtos prontos para uso dos consumidores	10,9	9,7	3,0	2,9	3,8	3,2
VI — Produtos não classificáveis	1,7	0,6	0,4	0,4	0,1	0,0
TOTAL GERAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte dos dados brutos: — Revista do Conselho Nacional de Economia.

d) o grupo relativo aos bens de capital (equipamento e aparelhamento para a agricultura, indústria e comércio) aumentou sensìvelmente sua importância relativa, passando a representar, em 1959, cêrca de 1/3 das importações totais;

e) finalmente, o grupo constituído pelos produtos prontos para uso dos consumidores (exclusive gêneros alimentícios, bebidas e fumo) registrou queda acentuada em sua importância relativa, declinando sua participação no conjunto das importações de 11 por cento, no biênio de 1938/39, para apenas 3,2 por cento em 1959.

Um fato de grande relevância para o desenvolvimento econômico, que se depreende da análise acima, é a crescente inflexibilidade da pauta da importação, decorrente, principalmente, do substancial aumento das aquisições de combustíveis, lubrificantes, matérias primas e materiais para a agricultura, indústria e comércio. As compras externas dêsses produtos representam, atualmente, 50 por cento do valor total das importações. Se adicionarmos à essa cifra as importações de trigo em grão — equivalentes a 10 por cento do total — e as de equipamentos indispensáveis para fins de reposição anual do capital fixo — que estimamos em tôrno de 1/5 das importações de bens de capital ou seja, 7 por cento do total das importações — teremos que cêrca de 70% do total da importação constituem-se de produtos imprescindíveis à manutenção da produção corrente interna e ao atendimento de necessidades alimentares básicas da população.

Destarte, a margem comprimível das importações encontra-se relativamente estreita, não ultrapassando de 30 por cento. Além disso, há que considerar os encargos decorrentes dos compromissos financeiros assumidos pelo país no exterior (amortização e juros das dívidas externas), outra partida rígida do balanço de pagamentos, que, somada àquela das importações, torna demasiadamente pequena a margem comprimível dos gastos do país no exterior.

Êsse fato, conjugado com a tendência descendente da capacidade de importar do país, a partir de 1955, poderá criar sérios embaraços, nos próximos anos, à continuidade do ritmo

de desenvolvimento econômico e mesmo ao funcionamento da economia brasileira. Em primeiro lugar, porque serão prejudicadas as importações de bens de capital indispensáveis a assegurar a expansão da capacidade produtiva da economia, pois, conforme assinalamos anteriormente, parcela apreciável dos investimentos internos depende dessas importações. Em segundo lugar, porque se a capacidade de importar continuar decrescendo, de modo a impor sacrifícios também às importações da faixa inflexível, sérias dificuldades poderão advir, mesmo para a manutenção da atividade econômica corrente.

Em vista dessa situação, são indispensáveis medidas urgentes, destinadas, de um lado, a amortecer ou mesmo paralisar a tendência declinante da capacidade de importar e, de outro, a ampliar a faixa comprimível das importações, concentrando-se maior esfôrço na substituição das importações de combustíveis, matérias primas e produtos intermediários na produção agrícola e industrial.

3. Examinemos, agora, as repercussões da política de substituição de importações sôbre o volume físico importado. Êste experimentou considerável aumento, no período em questão (veja-se o quadro nº 8), ao invés de diminuir, não obstante o forte declínio registrado nas importações de bens de consumo e outros bens substituídos pela produção interna. Êsse aumento foi particularmente intenso no qüinqüênio de 1951/55, quando o volume importado se elevou de 66 por cento, em média, relativamente ao nível de 1948, não só em resultado das grandes aquisições no exterior, destinadas ao abastecimento acautelatório do país, no início do qüinqüênio, face ao receio de a guerra da Coréia se transformar em conflito mundial, mas também porque a expansão da capacidade de importar, observada em todo o qüinqüênio, permitiu que se atendessem mais fàcilmente às necessidades de bens importados. A deterioração da capacidade de importar, no qüinqüênio seguinte, tornou, porém, mais difícil o atendimento das crescentes necessidades de importação. Entretanto, o volume desta decresceu relativamente pouco, em relação ao qüinqüênio anterior e, atualmente, mostra tendência para rápida recuperação.

QUADRO Nº 8

«QUANTUM» DAS IMPORTAÇÕES DE MERCADORIAS

ANOS	Valor das Importações a preços de 1948	ÍNDICES 1948 = 100	
		Anuais	Médias qüinqüenais
1947	1.093	121	119
48	905	100	
49	1.101	122	
50	1.197	132	
51	1.774	196	166
52	1.606	178	
53	1.139	126	
54	1.676	185	
55	1.293	143	
56	1.189	131	163
57	1.444	160	
58	1.421	157	
59	1.532	169	
60	1.771	196	

Fonte dos dados brutos — Departamento Econômico da SUMOC e «Conjuntura Econômica».

As razões por que as importações tenderam a aumentar, ao invés de diminuírem, com a intensificação do processo de industrialização, podem ser resumidas como segue:

Primeiro, a industrialização determinou um rápido aumento da renda nacional, com a conseqüente expansão da procura de bens de consumo e materiais destinados a sua produção (combustíveis, matérias primas e produtos intermediários), cuja procura apresenta uma elevada elasticidade com relação à renda; e as importações dêsses materiais tenderam a crescer ràpidamente na medida em que o seu suprimento dependia do exterior.

Segundo, a substituição de bens importados por similares produzidos internamente, sejam ou não de consumo, requer

investimentos prévios que, em resultado da indivisibilidade dos equipamentos empregados, exigem importações adicionais, cujo valor tende a ser de maior vulto que o das importações substituídas. No caso de aumentar, por exemplo, a procura de bens de consumo de produção nacional, em resultado de restrições impostas à importação do exterior, serão necessários investimentos adicionais que — exceto naquelas atividades que estejam operando com capacidade ociosa — determinarão uma procura mais que proporcional de bens de capital, de acôrdo com o conhecido princípio de aceleração. E, provindo do exterior uma parcela importante dêsses bens de capital, é natural que suas importações aumentem de modo a mais que compensar a queda nas importações de bens de consumo.

Não há dúvida, porém, de que a procura monetária excedente, relacionada com o processo inflacionário, combinada com as taxas de câmbio supervalorizadas — notadamente do chamado «custo do câmbio», recentemente extinta — vigentes no período de 1947-60, também desempenharam importante papel no sentido do rápido crescimento das importações.

IV — O Intercâmbio de Serviços

1. A conta dos serviços, no balanço de pagamentos, refere-se aos débitos e créditos decorrentes das transações internacionais com serviços de transporte, seguro, serviços comerciais e bancários, de administração e assistência técnica, serviços relacionados com a utilização de capital estrangeiro aplicado no país, marcas e patentes, filmes cinematográficos, direitos autorais e outros de natureza semelhante. São contabilizados na mesma conta os créditos e débitos decorrentes do turismo e viagens internacionais, transporte de passageiros, serviços de hospedagem, pequenas compras efetuadas por turistas e outras transações não computadas nos itens anteriormente mencionados, bem como das atividades internacionais dos governos, através de missões diplomáticas e militares.

2. Conforme ressaltamos anteriormente, as transações internacionais com serviços têm sido deficitárias ao Brasil, quer com relação aos itens tomados individualmente quer considerados em seu conjunto. O quadro nº 9 dá uma idéia da importância das principais transações na espécie.

3. O item mais importante pelo vulto de sua contribuição para o *deficit* do balanço de serviços refere-se, atualmente, às rendas de investimento. As *remessas efetivas* dessas rendas para o exterior registraram substancial aumento, nos últimos cinco anos, em decorrência das grandes aplicações de capitais estrangeiros — sob a forma de empréstimos e investimentos — na economia nacional, no mesmo período. O montante das remessas foi de 110 milhões de dólares anuais, em média, no qüinqüênio de 1956/60, contra apenas 68 milhões anuais no qüinqüênio de 1948/52. Os recebimentos de rendas permanecem de pequena expressão, pois são ainda diminutas as aplicações do país no exterior; no qüinqüênio de 1956/60, tais recebimentos corresponderam a apenas 3 milhões de dólares, em média, anualmente. Deduzido êsse montante do relativo às remessas efetivas, tem-se uma saída líquida anual de rendas equivalente a 107 milhões de dólares, em média, naquele qüinqüênio.

Note-se que, à luz dos dados disponíveis elaborados pelo Departamento Econômico da SUMOC, o mencionado aumento nas saídas de rendas de investimento resultou exclusivamente das remessas de juros de empréstimos e financiamentos, cujo montante se elevou de 26 milhões de dólares, em média, no qüinqüênio de 1948/52, para 81 milhões de dólares anuais, no de 1956/60; as remessas efetivas de lucros e dividendos apresentaram comportamento diverso, decrescendo de 42 milhões para 29 milhões de dólares, (13) em média, anualmente,

13. As remessas anuais de lucros, no qüinqüênio de 1956-60, foram as seguintes:

	US$ milhões
1956........	24
1957........	26
1958........	31
1959........	25
1960........	40

QUADRO 9

OS «SERVIÇOS» NO BALANÇO DE PAGAMENTOS DO BRASIL

(Médias qüinqüenais)

Em US$ 1.000.000,00

	1948/52			1956/60		
	Receita	Despesa	Saldo	Receita	Despesa	Saldo
1. VIAGENS INTERNACIONAIS	3,4	9,4	— 6,0	15,2	50,8	— 35,6
2. TRANSPORTES	27,4	196,4	—169,0	42,4	142,6	—100,2
3. SEGUROS	2,8	13,4	— 10,6	3,8	11,2	— 7,4
4. OUTRAS DESPESAS DE IMPORTAÇÃO ..	—	30,8	— 30,8	—	21,6	— 21,6
5. RENDAS DE INVESTIMENTOS	2,8	67,8	— 65,0	3,4	110,2	—106,8
a. Lucros e dividendos (1)	—	42,2	— 42,2	0,2	29,2	— 29,0
b. Juros	2,8	25,6	— 22,8	3,2	81,0	— 77,8
6. GOVERNAMENTAIS	9,2	35,8	— 26,6	12,8	42,8	— 30,0
7. SERVIÇOS DIVERSOS	15,6	26,2	— 10,6	93,0	167,4	— 74,4
a. Administração e Assistência Técnica ...	0,4	2,0	— 1,6	2,0	20,0	— 18,0
b. Comissões e corretagens	4,4	1,0	+ 3,4	11,6	3,8	+ 7,8
c. Aluguel de filmes	—	4,6	— 4,6	—	8,4	— 8,4
d. Patentes, "royalties" e aluguéis	—	8,2	— 8,2	—	15,8	— 15,8
e. Outros serviços	10,8	10,2	+ 0,6	79,4	119,4	— 40,0
TOTAL DOS SERVIÇOS	61,2	379,8	—318,6	170,6	546,6	—376,0

FONTE: — Departamento Econômico (Divisão de Balanço de Pagamentos) da SUMOC.

Observações: — (1) Sòmente as remessas efetivas, estando excluídos, portanto, os lucros e dividendos reinvestidos no País.

não obstante o acentuado acréscimo no volume dos investimentos diretos estrangeiros no país, no período em questão.

É interessante observar que as remessas totais de rendas de capitais (juros e lucros) para o exterior não representaram, no último qüinqüênio, mais do que 5,3 por cento da despesa cambial total do Brasil, enquanto aquelas referentes exclusivamente aos lucros e dividendos limitaram-se a pouco mais de um por cento (1,4 por cento) daquela despesa. Êsse fato ressalta a diminuta expressão do tão debatido problema das remessas de lucros para o exterior, o que não justifica a exagerada importância que se tem dado, em alguns setores da opinião pública e do próprio govêrno, ao papel de uma legis-

QUADRO 10

DESPESA COM SERVIÇOS

(Em percentagem da despesa total no exterior)

	1948/52		1956/60	
	Sôbre a despesa c/serviços	Sôbre a despesa total	Sôbre a despesa c/serviços	Sôbre a despesa total
	%	%	%	%
Viagens internacionais	2,5	0,6	9,3	2,4
Transportes	51,7	11,5	26,1	6,8
Seguros	3,5	0,8	2,1	0,5
Outras despesas de importação	8,1	1,8	4,0	1,0
Rendas de investimentos ...	17,9	4,0	20,2	5,3
lucros e dividendos ..	11,1	2,5	5,3	1,4
juros	6,7	1,5	14,8	3,9
Governamentais	9,4	2,1	7,8	2,0
Serviços diversos	6,9	1,5	30,5	8,0
TOTAL	100,0	22,3	100,0	26,1

Fonte dos dados brutos: Departamento Econômico (Divisão do Balanço de Pagamentos) da SUMOC.

lação restritiva das remessas. Com efeito, mesmo uma eventual proibição total das remessas de lucros para o exterior, pràticamente, em nada afetaria o balanço de pagamentos ou a situação cambial do país. (14)

Como explicar o crescimento menos rápido das remessas de lucros relativamente às de juros de empréstimos? A explicação torna-se clara quando se tem em mente os seguintes fatos:

Primeiro, as aplicações sob a forma de empréstimos e financiamentos têm sido muito maiores que as realizadas através de investimentos diretos. Haja vista que do ingresso de capital estrangeiro da ordem de 483 milhões de dólares anuais, em média, registrado no período de 1953/60, 403 milhões (80,3 por cento) correspondem a empréstimos e financiamentos, enquanto apenas 80 milhões (ou seja 16,6 por cento) referem-se aos investimentos diretos. (15)

Segundo, os empréstimos e financiamentos determinam o início do pagamento e remessa de juros, em tempo relativamente curto após a utilização do principal, enquanto no caso dos investimentos diretos, os rendimentos de capital começam a ser auferidos e transferidos para o exterior, sòmente após ter o empreendimento entrado em fase de operação lucrativa, quando não são reinvestidos, no todo ou em parte, no próprio país.

14. Alega-se, freqüentemente, que as cifras mencionadas não refletem a realidade, já que uma parcela importante das remessas não é registrada especìficamente nas estatísticas de balanço de pagamentos da SUMOC, contabilizando-se no item genérico "outros serviços" (veja-se quadro nº 9, item 7.e). Não vemos razões para acreditar que as remessas incluídas nesse item sejam importantes, em um regime da mais completa liberdade de transferência pelo mercado da taxa livre. Admitamos, porém, que correspondessem à metade (cifra evidentemente absurda) das despesas relativas ao mencionado item, o que nos daria, para o qüinqüênio de 1956-60, a média anual de cêrca de 60 milhões de dólares. Teríamos, então, o total de 90 milhões de dólares, que corresponderia ainda à modesta cifra de 4,3 por cento da despesa cambial total, no qüinqüênio em questão.

15. Veja-se o quadro nº 11.

Terceiro, a taxa de reinvestimento de lucros tem sido elevadíssima no Brasil, pois parte da expansão das emprêsas estrangeiras em operação no território nacional vem sendo financiada com lucros auferidos no país. Estima-se que, no caso das emprêsas de capital norte-americano, sòmente 50 por cento dos lucros estão sendo remetidos para o exterior; e, com relação às emprêsas européias — em sua maior parte, de instalação mais recente no país —, a porcentagem de reinvestimento seja bem mais alta.

4. Os serviços relativos aos *transportes* constituem o segundo item em importância no que diz respeito à responsabilidade na determinação do *deficit* no balanço de serviços.

Não dispondo o Brasil de uma ampla e eficiente frota mercante de longo curso, a maior parte de suas exportações e importações é transportada em navios de emprêsas estrangeiras, daí resultando uma reduzidíssima receita e avultada despesa de fretes no balanço de pagamentos. No qüinqüênio de 1948/52, a primeira limitou-se a 27 milhões de dólares anuais, em média, enquanto a segunda atingiu a cifra de 196 milhões, ocorrendo, conseqüentemente, um *deficit* médio anual de 169 milhões de dólares na conta de fretes. A ampliação da frota nacional de longo curso, notadamente no que diz respeito aos petroleiros, propiciou, porém, uma apreciável melhora naquela situação, aumentando-se a receita e contraindo-se a despesa, com a resultante queda do *deficit* para 100 milhões de dólares anuais, no último qüinqüênio.

A reduzida e deficiente frota marítima do Brasil tem resultado não apenas em vultosos *deficits* na conta de fretes. Ela tem constituído ainda séria limitação à expansão e diversificação das exportações, ao dificultar o acesso, em condições econômicas, de nossos produtos nos mercados potenciais da América Latina e de outras regiões. É, por exemplo, fato bastante conhecido que a política de discriminação de fretes adotada pelas emprêsas estrangeiras de navegação, entre o Brasil e os países latino-americanos da Costa do Pacífico, afeta sèriamente o poder competitivo de nossos produtos nos mercados dêsses países.

Os fatos apontados indicam a necessidade de ampla reorganização, reaparelhamento e expansão de nossa marinha mercante. É evidentemente enorme o esfôrço que deverá ser feito nesse sentido, pôsto que sejam lamentáveis as condições da frota, em resultado da obsolescência e grande heterogeneidade dos navios, que, combinadas com o baixo aproveitamento das unidades, o excesso de tripulações e as vantagens a ela concedidas, tanto à bordo como nos portos, e outros fatôres, determinam elevados custos operacionais e o desequilíbrio financeiro das emprêsas de navegação.

5. O *seguro* das mercadorias importadas e exportadas é ainda realizado, em sua maior parte, no exterior. Nestas condições, a conta relativa a seguros em nosso balanço de pagamentos apresenta, tradicionalmente, saldos negativos. Nota-se, entretanto, uma evolução favorável ao Brasil no particular, com o decréscimo dos saldos negativos; no qüinqüênio de 1956/60 êsses saldos limitaram-se a 7,4 milhões de dólares anuais contra 10,6 milhões no qüinqüênio de 1948/52.

6. As *viagens internacionais* constituem um dos principais itens responsáveis pelo *deficit* da conta de serviços no balanço de pagamentos. O movimento turístico estrangeiro no Brasil pode ser considerado como pràticamente inexistente, dada a pequena extensão das receitas dêle provenientes. Estas não foram além de 15 milhões de dólares anuais, em média, no qüinqüênio de 1956/60, cifra modestíssima quando comparada com a de 350 milhões de dólares do México e se se tem em vista os grandes e inexplorados recursos turísticos do país. A despesa com viagens internacionais, além de muito mais elevada, mostra tendência ràpidamente ascendente: foi de cêrca de 51 milhões de dólares anuais, no qüinqüênio de 1956/60, contra apenas 9,4 milhões anuais, em média, no de 1948/52. Em conseqüência, as contas relativas às viagens registraram, nos últimos cinco anos, um excesso de despesa equivalente a cêrca de 36 milhões de dólares anuais.

Não temos dúvida de que, pelas atrações turísticas, ainda pouco conhecidas e aproveitadas, que o país possui, as viagens

internacionais poderão vir a transformar-se em importante fonte de divisas para o Brasil, modificando-se completamente a presente situação das contas de viagem no balanço de pagamentos. As notáveis transformações que se operam, atualmente, nos transportes aéreos internacionais, com a introdução do avião de passageiros a jato nas linhas comerciais, muito contribuirá nesse sentido: as viagens tornam-se muito mais rápidas e econômicas, o que tende a aumentar a procura de viagens de longa distância e a obviar um dos sérios obstáculos à maior participação do Brasil nos resultados do movimento turístico mundial, qual seja a desfavorável posição geográfica do país relativamente aos principais centros de origem das correntes turísticas internacionais. É indispensável, porém, que se criem internamente as condições essenciais à maior atração de turistas, tais como facilidades quanto aos serviços de transportes e hospedagem, ampla informação sôbre as atrações turísticas e simplificação das formalidades burocráticas e aduaneiras. A matéria é da mais alta importância para o desenvolvimento econômico — pois a expansão da indústria do turismo não exigirá pràticamente importações adicionais e poderá propiciar refôrço crescente da capacidade de importar, indispensável a atender à expansão de outros setores da economia — e deveria ser objeto de um vigoroso e eficaz programa de fomento, a exemplo do que realiza o México.

7. Em ordem de importância, seguem-se nas contas dos "serviços internacionais" os seguintes itens, constantes do quadro nº 9: serviços governamentais, outras despesas de importação e serviços diversos, entre os quais se destacam os relativos à Administração e Assistência Técnica e a utilização de filmes cinematográficos e patentes industriais.

V — Movimento de Capitais

1. Os capitais estrangeiros aplicados no país têm exercido a dupla função de complementar a poupança nacional no atendimento das necessidades de recursos para investimento e reforçar a exportação na constituição da capacidade de importar.

Com relação à primeira função, observa-se, contudo, uma redução progressiva da contribuição relativa do capital estrangeiro, na medida em que se expande a renda nacional e, conseqüentemente, avoluma-se a disponibilidade de poupanças auferidas no próprio país. A poupança interna representa, atualmente, cêrca de 90 por cento da formação bruta de capital fixo, de sorte que, em têrmos puramente quantitativos, é hoje pequena a importância relativa da cooperação financeira externa. Ressalte-se, entretanto, que, do ponto de vista qualitativo, a contribuição do capital estrangeiro ainda se reveste da maior relevância para a economia brasileira, pois êle vem propiciando o desenvolvimento de novos setores de atividade, notadamente na área industrial, nos quais a iniciativa privada nacional encontra maiores dificuldades de investir, e cuja repercussão é considerável sôbre a expansão do conjunto da economia. Por outro lado, há que considerar o fato de o investimento estrangeiro acompanhar-se das mais modernas técnicas de produção, nem sempre disponíveis através do aluguel de marcas e patentes, que, por fôrça da concorrência, influem decisivamente no sentido da maior eficiência do parque industrial do país.

No que diz respeito à segunda função, acima mencionada, o papel do capital estrangeiro tornou-se, diversamente, cada vez mais importante, nos últimos cinco anos, pois, como veremos no capítulo seguinte, o ingresso líquido de capital impediu que, face à tendência declinante do poder aquisitivo das exportações, a capacidade de importar baixasse a nível que pudesse comprometer sèriamente a continuidade do desenvolvimento econômico do país.

2. A análise dos movimentos de capital estrangeiro entre o Brasil e o exterior, no após-guerra, apresenta duas fases distintas: a primeira, cobrindo o período de 1947/52, que se caracteriza, por um lado, pelo rigoroso contrôle das remessas de capital e suas rendas para o exterior e, por outro, pela saída líquida de capital; a segunda, correspondente ao período que se inicia em 1953, caracterizada, ao contrário, por uma política

bastante liberal com relação ao capital estrangeiro e apreciável ingresso líquido de capital.

Na primeira fase, as remessas correspondentes à amortização do principal e a rendimentos referentes a capitais registrados na SUMOC estiveram sujeitas a severas restrições: não deviam exceder de 20%, no caso das amortizações e retôrno do principal e de 8% no caso de rendimentos do capital registrado, considerando-se como transferência do principal qualquer excesso sôbre esta última porcentagem. As remessas permitidas eram realizadas tôdas à taxa do câmbio oficial, a única então vigente. Na segunda fase, que tem início com a Lei nº 1.807, de janeiro de 1953, foram completamente abolidas aquelas restrições, assegurando-se a livre movimentação do capital e suas rendas, através do mercado da taxa livre de câmbio; por outro lado, foram concedidas vantagens especiais ao ingresso de novos capitais, tais como a possibilidade de importação — ao custo do câmbio — de equipamentos para indústrias básicas de especial interêsse para o desenvolvimento econômico do país, sempre que adquiridas a crédito e por prazo não inferior a cinco anos (Lei nº 1.807) e a permissão às emprêsas estrangeiras para importarem bens de capital, sem cobertura cambial, para instalação ou expansão no país de atividades industriais também de relevante interêsse para o desenvolvimento econômico nacional (Instrução nº 113 da SUMOC).

Os movimentos de capital estrangeiro de prazo médio e longo, no período em estudo, estão resumidos no quadro nº 11. Não estão incluídos entre os dados dêsse quadro os capitais nacionais, bem como os de curto prazo, êstes últimos sem interêsse para o financiamento do desenvolvimento econômico e o equilíbrio a longo prazo do balanço de pagamentos. Consideramos separadamente os dados relativos a 1953, por ser êste um ano de transição entre as duas fases anteriormente descritas.

Depreende-se dos dados da coluna H do referido quadro que o ingresso bruto de capital estrangeiro — sob a forma de investimentos, empréstimos e financiamentos — registrou um aumento substancial na segunda fase mencionada, quando

QUADRO 11

BALANÇO DE PAGAMENTOS: MOVIMENTOS DE CAPITAIS ESTRANGEIROS DE MÉDIO E LONGO PRAZO E SUAS RENDAS

(Em milhões de dólares)

PERÍODOS (1) (A)	INVESTIMENTOS DIRETOS (2)	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS					Diversos (G)	Ingresso total de capitais (E + F + G) (H)	SAÍDA DE CAPITAIS			Ingresso líquido de capitais (H - K) (L)	Remessas efetivas de rendas de investimentos (3) (M)	Ingresso líquido de capitais remessas de rendas (L — M) (N)
		Para financiamento de projetos específicos			Empréstimos de regularização (E)	Total (F)			Amortizações (I)	Diversos (J)	Total (K)			
		Privados (B)	Oficiais (C)	Total (D)										
1947/52	12	—	30	30	24	54	—	66	60	—	60	6	63	— 57
1953	22	21	23	44	486	530	—	552	46	—	46	506	123	377
1954/55	27	58	69	127	197	324	3	354	138	4	142	212	90	122
1956/60	113	214	113	327	58	385	23	521	319	2	321	200	100	100
1953/60	80	151	91	242	146	388	15	483	240	2	242	241	101	140

Fonte dos dados brutos: — Departamento Econômico (Divisão de Balanço de Pagamentos) da SUMOC.

(1) Os dados do quadro refereem-se aos valores médios anuais dos períodos considerados.

(2) Sòmente os novos investimentos; não estão computados os reinvestimentos de lucros pelas emprêsas estrangeiras.

(3) Juros, lucros e dividendos. Os dados desta coluna diferem ligeiramente dos constantes do Quadro n. 9, por não incluírem os juros de dívidas a curto prazo.

atingiu a média anual de 483 milhões de dólares, contra apenas 66 milhões de dólares na fase anterior. Deduzindo-se daquele montante o correspondente às amortizações, no valor de 242 milhões anuais (coluna K), resta um ingresso líquido de capitais do exterior no valor de 241 milhões anuais para o período de 1953/60 (coluna L). Se descontarmos, finalmente, às remessas de rendas de investimentos — no valor de 101 milhões — ainda permanece um saldo positivo de 140 milhões anuais, que contrasta com a saída líquida de capitais (inclusive remessas de juros e lucros) de 57 milhões de dólares anuais observada na primeira fase (período de 1947/52).

Essa evolução favorável do movimento de capitais foi propiciada, principalmente, pela rápida expansão dos empréstimos e financiamentos externos, cabendo papel bastante secundário ao investimento direto. Haja vista que do ingresso médio anual de capital (16) no montante de 483 milhões de dólares, no período de 1953/60, 83,4 por cento correspondem aos empréstimos e financiamentos e apenas 16,6 por cento aos investimentos diretos.

Os empréstimos destinados ao financiamento de projetos específicos de desenvolvimento, elevaram-se de 30 milhões de dólares anuais, no período de 1947/52, para 242 milhões anuais no de 1953/60. Adicionando a essa cifra o valor dos empréstimos de regularização — isto é, aqueles destinados a cobrir *deficits* do balanço de pagamentos — tem-se, para o segundo período mencionado, a média anual de 388 milhões de dólares contra apenas 54 milhões no período de 1947/52.

O volume dos investimentos diretos (exclusive reinvestimentos de lucros) foi muito reduzido e apresentou tendência decrescente na primeira fase — a de severo contrôle cambial das remessas — quando não superou a média anual de 12 milhões de dólares. Êsse fato se explica, por um lado, pela relativa escassez de capital observada nos países investidores, nos anos que seguiram imediatamente o término da Segunda Guerra Mundial, dada a grande procura de recursos para fins de

16. Investimentos diretos, empréstimos e financiamentos de qualquer natureza.

reaparelhamento e reconstrução econômica; e, por outro lado, pelas limitações existentes no Brasil ao retôrno do principal e remessas de rendas, a que nos referimos precedentemente. Todavia, a partir do restabelecimento da liberdade para os movimentos de capital em 1953, e, principalmente, no qüinqüênio de 1956/60, quando novas facilidades e estímulos foram concedidos ao ingresso de capital estrangeiro, tendo em vista a concretização de projetos de desenvolvimento econômico consubstanciados no Programa de Metas do Govêrno Brasileiro, o volume dos investimentos diretos registrou rápido e substancial aumento, elevando-se para 27 milhões de dólares anuais, em média, nos anos de 1954/55, e 113 milhões anuais, no qüinqüênio seguinte. Graças a essa evolução favorável no ingresso de investimentos estrangeiros, inverteu-se, no último qüinqüênio, o saldo líquido entre os novos investimentos e as remessas de lucros, conforme se vê pelos dados abaixo:

Anos	Investimentos	Remessas de lucros e dividendos	Saldo líquido
	(em milhões de dólares)		
1947/1952	12	39	— 27
1953	22	94	— 72
1954/1955	27	49	— 22
1956/1960	113	29	84

Fonte: Departamento Econômico (Divisão de Balanços de Pagamentos) da SUMOC.

As remessas de lucros superaram os novos investimentos no país, em montante correspondente a 27 milhões de dólares anuais, no período de 1947/52, quando os movimentos de capital estiveram sujeitos a severo contrôle. Eliminado êsse contrôle em 1953, as emprêsas estrangeiras se apressaram em transferir para o exterior lucros retidos em anos anteriores e, ao mesmo tempo, passaram a utilizar-se do mercado livre para transferências que antes se faziam por vias irregulares, fugindo ao registro estatístico; em resultado, as remessas de lucros atingiram 22 milhões de dólares e o excesso destas sôbre o ingresso de investimentos alteou-se para 72 milhões de dólares,

naquele ano. A situação modificou-se completamente, no qüinqüênio de 1956/60, quando o balanço entre os investimentos estrangeiros e as remessas de lucros registrou um saldo positivo de 84 milhões de dólares anuais, graças a redução das remessas e a expansão das novas aplicações.

3. Essa rápida análise da experiência brasileira, no que diz respeito aos movimentos internacionais de capital, em época recente, deixa bastante evidentes os inconvenientes e prejuízos que poderão advir para a economia nacional de uma eventual eliminação do atual regime de livre movimentação de capital e suas rendas entre o Brasil e o exterior. É importante realçar que qualquer restrição que venha a ser tomada só poderá ter efeitos contraproducentes do ponto de vista do balanço de pagamentos. Não se observa, atualmente, qualquer repatriamento de capital investido no país, enquanto as remessas de lucros são de reduzidíssima expressão relativamente à despesa cambial, conforme já demonstramos anteriormente; por outro lado, tais remessas não se revestem de importância mesmo com relação ao principal registrado, pois é reduzidíssimo o número de emprêsas que transferem para o exterior o montante equivalente a 10 por cento dos lucros auferidos no país. Uma política restritiva, através de contrôles diretos, do movimento de capital e suas rendas, terá, no entanto, o efeito de fazer cessar completamente o ingresso de novos investimentos, dadas as reações de natureza psicológica que provocará no investidor estrangeiro, enquanto pouco ou nada influenciará no sentido de reduzir as remessas de lucros, que, no caso de não se poderem efetuar pela via normal do mercado de câmbio, processar-se-ão por outros caminhos de difícil, senão impossível, contrôle, conforme indica a experiência brasileira na matéria. O balanço entre novos investimentos e as remessas de lucros voltará a tornar-se desfavorável ao Brasil, que assim ficará privado de recursos financeiros e técnicos necessários ao seu desenvolvimento econômico.

Não há dúvida de que se impõe uma regulamentação mais adequada do investimento estrangeiro, bem como do nacional, com vistas a assegurar maior produtividade econômica e social

às aplicações feitas e impedir lucros excessivos e abusos do poder econômico, em detrimento do consumidor e do próprio empresário nacional, decorrentes da existência de condições monopolísticas. Êsses resultados poderão ser alcançados, porém, através de instrumentos mais eficientes quanto aos seus aspectos positivos, tais como o impôsto de renda, o código nacional de investimento e a legislação anti-trust, que não apresentam os efeitos perniciosos de um contrôle direto dos movimentos de capital e suas rendas.

VI — Capacidade de Importar, Importações e Desenvolvimento Econômico

1. O crescimento de uma economia é função direta da acumulação do capital, sempre que não exista insuficiência da procura monetária; e a acumulação de capital depende bàsicamente dos recursos poupados, ou seja, daquela parte da renda que a comunidade deixa de consumir, desde que a economia conte com produção interna adequada de bens de capital.

Em uma economia relativamente pouco desenvolvida — como ainda o é a economia brasileira — os bens de capital indispensáveis a alimentar o processo de crescimento são, porém, importados do exterior, em escala maior ou menor, conforme o grau de industrialização já atingido. Vimos, anteriormente, que, no caso do Brasil, cêrca de 23% do investimento interno ainda dependem de bens de capital importados. Por essa razão, o fato de poupar não é condição suficiente para assegurar o crescimento da economia; o fundamental é a possibilidade de transformar a poupança em investimentos reais e isto depende também, em grau maior ou menor, da capacidade de importar. Por outro lado, o próprio funcionamento da economia depende da importação de combustíveis, matérias primas e materiais em geral, de modo que a capacidade de importar deverá ser suficientemente alta, para assegurar não só o suprimento adequado dêsses "insumos", como também para que a economia desenvolva os bens de capital indispensáveis, não supridos pela produção interna.

A capacidade de importar equivale à receita de divisas de que se dispõe, em dado período, para as importações correntes. Ela resulta da exportação de mercadorias, mais o saldo líquido dos serviços e o ingresso líquido de capitais do exterior (ingresso bruto menos as saídas através de amortização de dívidas, repatriamento do principal etc.) Quando a análise se refere a um período relativamente longo, a capacidade de importar é calculada a preços constantes, com base em determinado ano, a fim de eliminar a influência das variações nos preços. (17) Neste caso, o valor das exportações é substituído pelo conceito de "poder aquisitivo da exportação", a que já nos referimos, correspondente ao *quantum* exportado mais o efeito das variações na relação de preços do intercâmbio.

2. Os dados da capacidade de importar do Brasil, correspondentes ao período de 1947/60, estão resumidos no quadro nº 12 e representados no gráfico nº 2. São ali apresentados dois aspectos da capacidade de importar:

a) a capacidade de importar, exclusive o ingresso bruto de capitais (coluna D), a qual indica os recursos disponíveis para a importação de mercadorias, uma vez atendidas as despesas líquidas com os serviços internacionais (inclusive as rendas de investimentos) e os compromissos relativos à amortização de empréstimos; e

b) a capacidade de importar total, ou seja, a definida no item anterior, acrescida do ingresso bruto de capitais do exterior.

3. Podem-se observar duas tendências opostas na capacidade de importar, no período de 1947/60, conforme indica o gráfico nº 2: uma *ascendente* nos anos de 1947 e 1954; e outra *descendente*, a partir de 1955, especialmente rápida no

17. Para detalhes sôbre o processo empregado no cálculo da capacidade de importar a preços constantes, vêr *Boletim Econômico da América Latina* (setembro de 1956, pág. 32), publicado pela CEPAL.

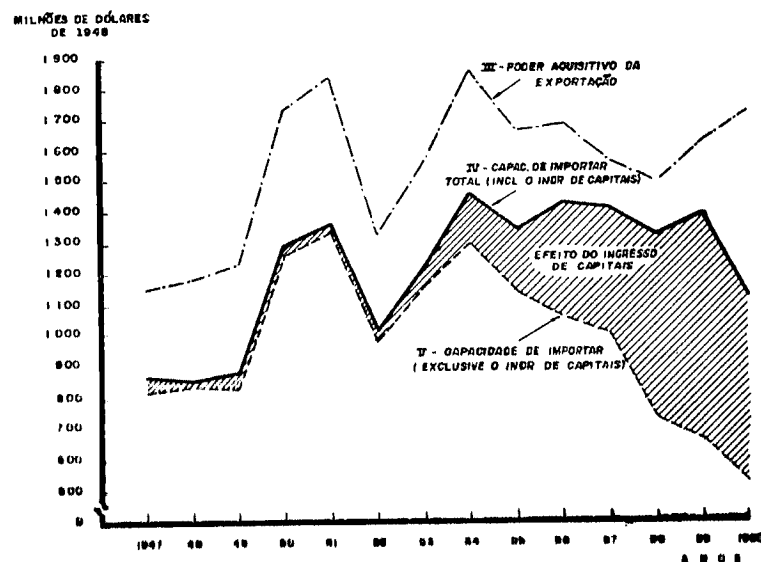
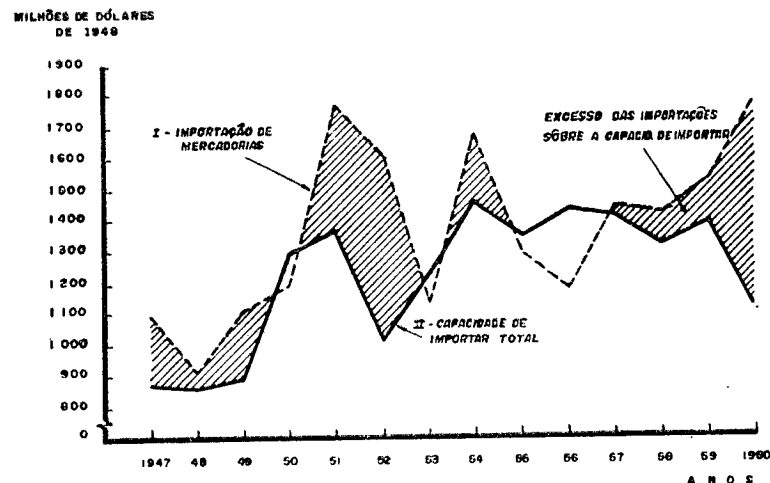
QUADRO 12

CAPACIDADE DE IMPORTAR E IMPORTAÇÕES

(Em milhões de dólares de 1948) (1)

ANOS	Poder aquisitivo da exportação de mercadorias (2)	Saldo dos serviços (3)	Amortizações	Capacidade de importar, exclusive ingresso de capitais Cols. A - B - C	Ingresso de capitais (4)	Capacidade de importar, inclusive ingresso de capitais Cols. D + E	Importações de mercadorias (Valor FOB)	Insuficiência (-) ou excesso (+) da capacidade de importar	
								Exclusive ingresso de capitais Cols. D - G	Total Cols. F - G
	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)	(F)	(G)	(H)	(I)
1947	1.153	— 273	— 51	829	44	873	1.093	— 264	— 220
48	1.183	— 273	— 61	849	19	868	905	— 56	— 37
49	1.235	— 270	— 124	841	49	890	1.101	— 260	— 211
50	1.743	— 363	— 109	1.271	26	1.297	1.197	+ 74	+100
51	1.847	— 488	— 28	1.331	29	1.360	1.774	— 443	— 414
52	1.337	— 317	— 31	989	39	1.028	1.606	— 617	— 578
53	1.567	— 361	— 47	1.159	60	1.219	1.139	+ 20	+ 80
54	1.859	— 405	— 159	1.295	160	1.455	1.676	— 381	— 221
55	1.667	— 362	— 165	1.140	204	1.344	1.293	— 153	+ 51
56	1.690	— 418	— 213	1.059	364	1.423	1.189	— 130	+234
57	1.572	— 402	— 271	899	509	1.408	1.444	— 545	— 36
58	1.494	— 371	— 390	733	580	1.313	1.421	— 688	— 108
59	1.623	— 472	— 477	674	715	1.389	1.532	— 858	— 146
60	1.7[illegible]	— 644	— 562	517	597	1.114	1.771	—1.254	— 657

Fonte dos dados brutos: — Departamento Econômico (Divisão de Balanço de Pagamentos) da SUMOC.
(1) Os processos empregados no cálculo dos elementos constantes dêste quadro encontram-se descritos no **Boletim Econômico da América Latina** (setembro de 1956, pág. 32), publicado pela CEPAL.
(2) Veja-se quadro nº 6, coluna H.
(3) Inclusive rendas de investimentos efetivamente transferidas.
(4) Capitais de prazo médio e longo (exclusive reinvestimentos e empréstimos de regularização).

GRÁFICO Nº 2
CAPACIDADE DE IMPORTAR E IMPORTAÇÕES

caso de não ser considerada a contribuição do ingresso de capitais.

No período de 1947/54 foi de pequeno vulto o ingresso de capitais do exterior, de sorte que os dois aspectos da capacidade de importar, acima descritos, variaram paralelamente. Ocorreu no citado período considerável elevação da capacidade de importar, estreitamente ligada às variações no poder aquisitivo das exportações, vale dizer, determinada predominantemente pela violenta alta do preço do café então registrada, uma vez que o poder aquisitivo das exportações esteve condicionado a essa elevação do preço do café.

A partir de 1955, entretanto, as curvas correspondentes aos dois mencionados aspectos da capacidade de importar separaram-se fortemente, embora ambas seguindo direção descendente.

O poder aquisitivo das exportações baixou acentuadamente, com a queda do preço do café e do cacau, não compensadas pelo aumento no volume exportado, justamente quando se expandiam ràpidamente as despesas do país com os serviços internacionais e a amortização de empréstimos, fatos que não poderiam deixar de comprometer sèriamente a capacidade de importar do país. Com efeito, a capacidade de importar, *exclusive o ingresso de capital*, declinou violentamente, conforme indica o gráfico nº 2 (curva V), atingindo em 1960 nível correspondente a 60 por cento daquele observado em 1954, muito inferior ao necessário para assegurar o mínimo de importações indispensável para manter operando as indústrias já instaladas no país. Em outras palavras, a capacidade de importar (exclusive o ingresso de capital) tornou-se, a partir de 1957, cada vez mais insuficiente para atender mesmo a parte inflexível das importações, ou seja, o suprimento de combustíveis, matérias primas, produtos intermediários e bens de capital requeridos pela produção corrente, e, no caso do trigo, pelo consumo da população.

Ante o exposto, é fácil avaliar as condições extremamente difíceis que teria enfrentado o país, nos últimos anos, sujeito a uma situação de verdadeira estagnação econômica, com conseqüências imprevisíveis no campo social, não fôsse o

vulto da cooperação financeira que recebeu do exterior, sob a forma de empréstimos e investimentos, que examinamos no capítulo anterior, graças a qual foi possível manter o elevado volume de importações requerido pelo desenvolvimento econômico nacional.

De fato, a capacidade de importar total sòmente se manteve em nível relativamente elevado, no período de 1955/60, graças ao considerável refôrço que recebeu do ingresso de capitais do exterior, já que, mercê dêsse refôrço, apresentou em 1960 queda de apenas 25 por cento com relação ao nível de 1954.

Essa queda foi suficiente, porém, para agravar as dificuldades que o país já vinha enfrentando no balanço de pagamentos. Com efeito, o substancial aumento da capacidade de importar no período de 1947/54, já se mostrara insuficiente para acompanhar o crescimento das importações, como se depreende do gráfico nº 2 (curva I e II), pois o contínuo desenvolvimento econômico, mais a inflação interna e a política de subvenção cambial às importações, haviam determinado rápida expansão na procura de artigos importados. As importações tenderam a superar fortemente a capacidade de importar total, notadamente no biênio de 1951/52, quando as perspectivas de uma nova guerra mundial nos levaram a efetuar compras maciças no exterior, com vistas à estocagem acautelatória de matérias primas e outros produtos importados. A queda da capacidade de importar, a partir de 1955, veio tornar ainda mais difícil essa situação, pois as necessidades de importação tenderam a aumentar, sobretudo as de combustíveis, matérias primas e produtos intermediários, e, não obstante o desestímulo às compras no exterior decorrente da acentuada elevação das taxas efetivas de câmbio, o excesso das importações sôbre a capacidade de importar avolumou-se, nos últimos quatro anos, com o conseqüente agravamento do *deficit* no balanço de pagamentos. Em todo o período de 1947/60, sòmente nos anos de 1955 e 1956 se registraram excessos apreciáveis na capacidade de importar sôbre as importações, o que ocorreu em resultado de violenta, se bem que temporária, contração no volume das importações.

4. O excesso das importações sôbre a capacidade de importar (exclusive ingresso de capitais), observado no período em estudo, teve, evidentemente, efeitos altamente favoráveis sôbre o desenvolvimento econômico do país, já que, ao propiciar um ingresso líquido de recursos reais do exterior, contribuiu decisivamente para manter elevada a taxa de investimento que o país experimentou na última década.

As perspectivas para os próximos dez anos não são, porém, animadoras.

O aceleramento ou mesmo a manutenção do atual ritmo de desenvolvimento da economia brasileira requererá o aumento — em têrmos absolutos — das necessidades de importação de bens de capital, matérias primas e outros "insumos" econômicos, por mais que se intensifique a substituição de importações, em decorrência de fatôres anteriormente analisados. Estima-se que, dada a relação capital/produto vigente (ou seja, de 2,4 em média), e prosseguindo o ritmo atual de substituição de importações, a simples manutenção da atual taxa de crescimento anual do produto real *per capita* (2,8% ao ano, em média, no último qüinqüênio), exigiria importações globais no valor de US$ 2,5 bilhões em 1965 — o dôbro, portanto, da média observada no último qüinqüênio — e quase US$ 3 bilhões, em 1970. (18)

Destarte, o Brasil estará sob a ameaça de uma relativa estagnação econômica, a menos que consiga obviar as dificuldades existentes para acrescer substancialmente as importações. E isso sòmente será conseguido através de um vigoroso esfôrço exportador, já que se encontram bastante reduzidas as nossas possibilidades de continuar sacando contra o futuro, recorrendo sistemática e intensamente ao financiamento externo para a cobertura de parcela substancial das importações.

O excesso de importações sôbre a capacidade de importar — considerada em seu aspecto mais restrito, que exclui a contribuição do ingresso de capitais — sòmente tem sido pos-

18. Estimativas do Ministro Miguel Osório de Almeida, Chefe do Secretariado Técnico de Análise e Planejamento, do Ministério das Relações Exteriores.

sível graças a intenso endividamento externo, inclusive de natureza compensatória e, em escala menor, aos investimentos diretos estrangeiros no país.

Ora, a liquidação dos pesados encargos (amortização e juros) decorrentes dêsse endividamento, mais as remessas de lucros — que, embora ainda relativamente pequenas, deverão expandir-se ràpidamente no futuro, a menos que se mantenha elevada a taxa de reinvestimento — tenderão a afetar cada vez mais negativamente, daqui para a frente, a capacidade de importar. As recentes negociações com nossos credores externos, empreendidas pelas Missões Roberto Campos e Moreira Sales, com vistas à dilação dos prazos de vencimento daqueles encargos, atenuarão o problema no momento, mas não impedirão que êste volte a manifestar-se, dentro de pouco tempo, principalmente se forem contraídos novos empréstimos. Por outro lado, não será prudente, em face daqueles encargos, continuarmos recorrendo indiscriminadamente às operações de crédito e compras financiadas no exterior, notadamente às de prazo curto e médio. Não poderíamos fugir à contingência de contrair novos empréstimos externos, pois não estamos e nem estaremos, tão cêdo, em condições de os dispensar. Impõe-se, entretanto, que ao assumir novos compromissos no exterior obtenhamos prazos de amortização os mais longos possíveis, a fim de os futuros encargos se distribuirem de modo a não sobrecarregar nos próximos dez anos o balanço de pagamentos.

O ingresso de capitais estrangeiros, sob a forma de investimento direto, poderá continuar contribuindo para reforçar a capacidade de importar; trata-se, porém, de elemento de natureza instável e aleatória, que, embora deva ser estimulado, não pode ser considerado como fonte segura de capacidade de importar.

É indispensável, portanto, procurarmos desenvolver, o mais ràpidamente possível, outras fontes de recursos para as importações.

O transporte marítimo é aquêle que, dentre os serviços não financeiros, mais contribui para o *deficit* do balanço do pagamentos. Impõe-se, por essa razão, que se acelere o programa de reaparelhamento e expansão da marinha mercante nacional e serviços auxiliares; e, por outro lado, se proceda a uma adequada revisão da legislação trabalhista aplicada aos marítimos, um dos principais fatôres responsáveis pelo elevado custo de operação da frota mercante. Contudo, os serviços de transporte marítimo sòmente a prazo longo poderão apresentar resultados decisivos no sentido de reforçar a capacidade de importar, pois a tarefa de modernização e ampliação dos serviços de navegação demandará vários anos, por maiores que sejam os esforços nela empregados.

O turismo constitui outra substancial fonte potencial de receita de divisas. Trata-se, porém, de atividade ainda incipiente no país, dada a inexistência de uma infraestrutura específica adequada e a pequena atenção que tem merecido do Govêrno, razão por que também sòmente a prazo longo poderá apresentar resultados expressivos.

Resta a alternativa da exportação, na qual devem ser concentrados os esforços com vistas à elevação da capacidade de importar, pois é o elemento do balanço de pagamentos que melhores possibilidades apresenta, a prazo médio, nesse sentido.

No que diz respeito à exportação cabem considerar dois aspectos: o da relação de intercâmbio e o do volume físico exportável.

Com relação à primeira, serão mantidos, na melhor das hipóteses, os níveis atuais; e, dificilmente, medidas tomadas internamente poderão influir em seu curso.

No que tange ao volume físico das exportações, as perspectivas poderão tornar-se bastante animadoras, desde que nos empenhemos num grande esfôrço de reconquista e expansão de mercados, em tôdas as áreas do Mundo. Impõe-se nesse sentido, uma política agressiva de expansão e diversificação das exportações, visando a aproveitar ao máximo, as possibilidades de absorção do mercado mundial, seja de produtos tradicionais (que, embora limitadas, ainda não estão totalmente exploradas pelo Brasil), seja de novos produtos primários e os da indústria manufatureira.

Na faixa dos produtos primários, estamos ainda longe de explorar adequadamente as possibilidades de exportação de minérios, sementes e fibras oleaginosas, madeiras, frutas e produtos agropecuários. Mesmo no caso do café e do cacau, malgrado a posição do Brasil como grande supridor do mercado internacional, não se pode considerar impossível um aumento, embora limitado, da exportação, sem influência negativa sôbre os preços; é questão de procurar captar para o Brasil participação maior no volume de vendas decorrentes do aumento do consumo mundial, que tem beneficiado mais os nossos concorrentes. Quanto aos demais artigos primários, salvo uma ou outra exceção, há possibilidades de aumentar apreciàvelmente sua exportação. Tais produtos estão sujeitos a uma procura internacional relativamente elástica, uma vez que, sendo pequena a porcentagem com que o Brasil participa do mercado mundial dos mesmos, é elevada a possibilidade de sua substituição por similares de outras procedências e vice-versa. Essa é, aliás, a razão por que as vendas dêsses artigos foram as que mais sofreram com a política de valorização cambial, adotada até recentemente, levando-nos a desperdiçar possibilidades de exportação, que poderiam ter contribuído para um desenvolvimento mais rápido da economia nacional.

As perspectivas mais promissoras se encontram, porém, na exportação de artigos manufaturados. A indústria nacional já está em condições de colocar no exterior um volume crescente dos seus produtos; e, por outro lado, necessita ampliar a dimensão de seus mercados, através da exportação, de modo a obter os acréscimos de produtividade que resultarão do funcionamento em maior escala, que, por sua vez, reforçarão o poder competitivo de seus produtos nos mercados externos. Mas, ainda aqui, é indispensável um eficiente trabalho de penetração e organização de mercados, através de um esfôrço conjugado da iniciativa privada e governamental.

Há que considerar, finalmente, o problema da composição da importação. Conforme salientamos anteriormente, as necessidades de importação continuarão expandindo-se com o processo do desenvolvimento, e, a fim de não comprometer o ritmo

ANEXO I

BALANÇO DE PAGAMENTOS NO BRASIL
(Período 1947/1960)

Em US$ 1.000.000,00

ANOS	MERCADORIAS E SERVIÇOS			Donativos (4)	Transações Correntes (5)	Capitais Particulares e Oficiais (6)	Erros e Omissões (7)	Superavit (+) ou Deficit (-) do balanço de pagamentos (8)	Atrazados Comerciais, Aumentos (+) e reduções (-) (9)	FINANCIAMENTO OFICIAL COMPENSATÓRIO					
	Balanço Comercial (1)	Serviços (2)	Total (3)							Operações de Regularização (2) (10)	Haveres a curto prazo (aumento +) (11)	Obrigações a curto prazo (redução -) (12)	Ouro Monetário (aumento -) (13)	Diversos (14)	Total (15)
1947	130	— 276	— 146	— 24	— 170	50	— 43	— 182	82	61	— 136	166	—	— 10	81
1948	278	— 315	— 37	— 7	— 44	— 9	29	— 24	34	— 20	30	— 21	37	— 56	— 10
1949	153	— 271	— 118	— 3	— 121	— 35	82	— 74	28	38	— 32	41	— 1	—	46
1950	425	— 319	106	— 2	104	— 29	— 23	52	— 103	—	31	24	— 1	— 3	51
1951	67	— 535	— 468	— 2	— 470	56	123	— 291	30	28	82	156	— 1	— 4	261
1952	— 286	— 421	— 707	— 2	— 709	120	— 26	— 615	541	— 28	28	75	— 1	—	74
1953	423	— 392	31	— 14	17	97	— 98	16	— 563	486	41	21	— 1	—	547
1954	150	— 380	— 230	— 5	— 235	22	10	— 203	— 46	200	— 10	60	— 1	—	249
1955	320	— 344	— 24	— 10	— 34	39	12	17	— 8	61	— 11	— 58	— 1	—	— 9
1956	437	— 419	18	— 11	7	201	— 14	194	—	— 28	— 182	17	— 1	—	— 194
1957	107	— 394	— 286	— 13	— 299	290	— 171	— 180	—	37	161	— 18	—	—	180
1958	64	— 326	— 262	— 4	— 266	202	— 189	— 253	—	105	31	28	— 1	—	253
1959	72	— 373	— 301	— 10	— 311	182	— 25	— 154	—	— 21	26	150	— 1	—	154
1960 (1)	— 24	— 470	— 494	— 15	— 509	53	26	— 430	—	58	— 26	358	40	—	430

FONTE: — Departamento Econômico (Divisão de Balanço de Pagamentos) da SUMOC.
(1) Dados preliminares.
(2) Empréstimos de estabilização, do Fundo Monetário Internacional, do Export-Import Bank, do Federal Reserve Bank, de Banqueiros Particulares, etc.

de crescimento, a capacidade de importar terá de aumentar convenientemente. Mas, por outro lado, é indispensável procederem-se os necessários reajustamentos na pauta da importação, a fim de resguardar, seja a atividade econômica interna seja o balanço de pagamentos, da vulnerabilidade a que, atualmente, estão sujeitos, quando se contrai a capacidade de importar, dada a tendência crescente para a inflexibilidade das importações. Impõe-se, assim, maior concentração de esforços na substituição, por produção nacional, das importações de combustíveis, matérias primas e produtos intermediários na produção agrícola e industrial, de sorte a ampliar-se a margem das importações de bens de capital e outros suscetíveis de maior variabilidade em face das oscilações na capacidade de importar.